

Presidente:

Ten.-Brig.-do-Ar Ivan Moacyr da Frota

1º Vice-Presidente:

Maj.-Brig.-do-Ar R1 Márcio Callafange

2º Vice-Presidente:

Cel.-Av. Ref. Antero Sergio Silva Correa

DEPARTAMENTOS:

Jurídico:

Dr. Francisco Rodrigues da Fonseca

Social:

Ten.-Cel.-Int. R1 José Pinto Cabral

Cultural:

Cel.-Av. R1 Araken Hipólito da Costa

Administrativo:

Cel.-Av. R1 Nylson de Queiroz Gardel

Financeiro:

Cel.-Int. R1 Marco Antônio Pereira Nogueira

Patrimonial:

Cap.-Adm. R1 Ivan Alves Moreira

Aerodesportivo:

Ten.-Cel.-Int. R1 José Augusto Santana de Oliveira

Beneficente:

Cel.-Av. R1 Nylson de Queiroz Gardel

Assessoria de Comunicação Social:

Cel.-Av. R1 Luís Mauro Ferreira Gomes

Assessoria de Informática:

Cel.-Av. Ref. Hartman Rudi Gohn

SUPERINTENDÊNCIAS:

Sede Social:

Brig.-do-Ar Cesar de Barros Perlingeiro

Sede da Barra da Tijuca:

Brig.-Eng. R1 Edison Martins

Sede Lacustre:

1º Ten. R1 Sebastião José Ferreira

Secretaria Geral:

Cap.-Adm. R1 Ivan Alves Moreira

CHICAER:

Ten.-Brig.-do-Ar Ivan Moacyr da Frota

Endereço:

Praça Marechal Âncora, 15 - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20021-200 • Tel: (21) 2210-3212 • Fax: 2220-8444

Expediente do CAER:

Dias: 3ª a 6ª feira • Horário: 9h às 12h e de 13h às 17h

Sede da Barra da Tijuca: (21) 3325-2681

Sede Lacustre: (24) 2662-1049

Revista do Clube de Aeronáutica:

Tel./Fax: (21) 2220-3691

Diretor:

Cel.-Av. R1 Araken Hipólito da Costa

Jornalista Responsável:

J. Marcos Montebello

Gerente de Produção Editorial e Design Gráfico:

Rosana Guter Nogueira

Colaboração editoração eletrônica:

Kátia Regina Fonseca

Produção Gráfica:

Luiz Ludgerio Pereira da Silva

Revisão:

Dirce Brizida

Secretária de Redação:

Luciene Ribeiro

Conselho Editorial:

Presidente

1º Vice-Presidente

2º Vice-Presidente

Chefe do Departamento Cultural

Diretor Revista aeronáutica e Jornal Arauto

As opiniões emitidas em entrevistas e em matérias assinadas estarão sujeitas a cortes, no todo ou em parte, a critério do Conselho Editorial. As matérias são de inteira responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião da revista. As matérias não serão devolvidas, mesmo que não publicadas.

Editorial

A especificidade do homem está no seu agir, num *agir conforme a razão*, núcleo central da natureza humana. Com efeito, na Grécia Antiga iniciou-se o processo de reflexão do homem sobre sua própria razão. Nesse ambiente, a História do pensamento encontrará terreno fértil para o seu florescimento. Nasce a Filosofia propriamente dita que, por meio do amor à sabedoria, tornar-se-á uma poderosa força de transformação da Humanidade.

Há, portanto, uma íntima relação entre pensamento e ato. Não se pode ter uma ação firme sem idéias claras sobre o que fazer. *Ignoranti quem portum petat, nullus suus ventus* (não há vento favorável para quem não sabe a que porto se dirige), afirmava Sêneca (condenado por Nero ao suicídio em 65 d. C.). Enfim, é vital refletir corretamente, caso contrário ou vivemos de acordo com o que pensamos, ou acabamos pensando de acordo com o nosso modo de viver. Por isso, os pensamentos determinam a vontade e da sua clareza depende a firmeza das ações. Em torno da força do pensamento é que o mundo, efetivamente, gira.

Nos primórdios da História dos povos, o poder militar dominava o mundo. Durante a Idade Média, o pensamento religioso exercia uma influência capaz de nortear os governos. No Renascimento ocorreu a ascensão da burguesia, o que gerou a idéia de que o valor econômico exprimia o domínio. Atualmente, vemos o poder político como a grande expressão do poderio moderno, submetendo os poderes militar, econômico e religioso.

Como agravante, o homem moderno, de tanto se servir da máquina, passou a refletir o humano pelo mecânico. E, assim, criou-se uma certa mentalidade mecanicista, pragmática, ativista. O homem deixou-se empolgar pelo fazer, perdendo a perspectiva do ser, do senso da perfeição e de julgar convenientemente o que fazer perante a realidade.

A verdade é que o mundo nos apresenta, hoje, uma luta de ideologias. São concepções em movimento, são pensamentos no campo de batalha. A sorte da Humanidade está sendo decidida pelo debate dos pensamentos.

O Departamento Cultural procura, com a realização do “*Vôo Cultural*”, promover palestras sobre temas relevantes para nosso público, visando a uma compreensão mais aprofundada da nossa realidade.

Para concluir, lembramos o Padre Leonel Franca (1893-1948) quando, acertadamente, escreveu:

“A espada do guerreiro brilha e cintila,
Mas retorna à bainha.

As idéias uma vez soltas

Não param nunca mais.” ■

Araken Hipólito da Costa

Cel.-Av. R1



Editorial**1***Araken Hipólito da Costa - Cel.-Av. R1***Aeronaves****4***Poder Militar - Avião de Combate Aéreo
Ten.-Brig.-do-Ar Ref. Marcio N. A. Moreira***8****Desenvolvimento***Universidade da Força Aérea -
Programa de Pós-Graduação***História Real****10***Encontro com Eduardo Gomes
Cel.-Inf. Nielson Campos de Souza***14 Política Internacional***O Portentoso Poder Militar e
as Questões Sociais nos EUA
Manuel Cambeses Júnior Cel.-Av. R1***Controvérsia****16***A Crise Brasil-Bolívia: Origens e Causas
Marcos Henrique Camillo Côrtes - Embaixador de carreira***18****Exegese***Democracia e Regime Democrático
Reis Friede - Desembargador Federal e
Professor Adjunto da Faculdade de Direito/UFRJ***Comportamento****22***A Moderna Democracia
Maj.-Brig.-do-Ar Ref. Umberto de Campos Carvalho Netto***25 Reflexão Nacional***O Real Valor das Coisas
Renato Paiva Lamounier - Cel.-Av. R1***Reformulação****28***A Problemática Autoritária e a
Sociedade na Atualidade Brasileira
Francisco Martins de Souza - Doutorando em Filosofia,
Professor do IFCS-UFRJ***31****Balanco Histórico***Corrupção Sistêmica ou Endêmica?
E Outras Considerações.
Jesse Ribeiro da Silva - Ten.-Cel. Dent. R1***Teologia****34***Jesus Existiu? Prove-o!
Estêvão Bettencourt - Teólogo***36****Tendência***Ninguém quer a Morte, só Saúde e Sorte
Rosiska Darcy de Oliveira - Escritora***Saúde****38***Obesidade: Um duro desafio a
ser vencido!
Maj.-Brig.-Méd. R1 - Dr. Ricardo Luiz de G. Germano***40****Homenagem***Alberto Santos-Dumont - O Pai
da Aviação - 5ª Parte
Fernando Hippolyto da Costa - Cel.-Av. Ref.***Vôo Cultural****42***Palestra do Dr. Osias Wurman
A Redação***44****Reflexão***Uma História Real de um Sonho Vivido
Charles Edwin Startin - Cel.-Av. R1***Sátira****47***A Biruta Inoperante
Maj.-Brig.-do-Ar Ref. Othon Chouin Monteiro***48****Charge***Ivo Batalha - Cel.-Av. R1*

Revista  **aeronáutica**
mai./jun. 2006 **256**

revista@caer.org.br



*Espaçonave Soyuz TMA-7
aproximando-se da
Estação Espacial Internacional*

Ten.-Brig.-do-Ar Ref.
Marcio N. A. Moreira

1ª PARTE Avião de

Poder militar

No tempo da Guerra Fria, as maiores potências mundiais do Hemisfério Norte tinham um inimigo comum entre si e lutavam pelo que consideravam o aspecto mais importante, ou seja, o controle definitivo do Continente europeu, nele incluídos o Poder Político, o Poder Econômico-Financeiro, o Poder Ideológico e, finalmente, o Poder Militar: com esse último Poder poder-se-ia subjugar o inimigo e, levemente, também o mundo. Este era o cenário que dominou a Europa durante dezenas de anos, após a Segunda Guerra Mundial.

Durante quase quarenta e cinco anos, as potências usaram o Continente europeu para jogar interesses econômico-financeiros (bem como outros, não abertamente declarados) e utilizaram o jogo pendular entre as duas grandes alianças do Atlântico Norte, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN, 1949) e o Pacto de Varsóvia (1950). Saber qual seria o vencedor é trabalho que já consumiu toneladas de papel para confirmar, realmente, do que se tratava: o Poder Militar. Em resumo, o que todos

os grandes querem, é o domínio final do adversário, sendo esse o ponto de partida para a imposição de um Estado para a subjugação de outro (s) Estado (s).

Rememoremos uma parte importante do que acontecia com o Poder Militar na Europa: a OTAN conjugava os poderes militares da Inglaterra, da França, da Espanha, de Portugal, da Itália e da Alemanha Ocidental, e, certamente, o dos EUA e do Canadá, para formar o grande conjunto de Exércitos desses países, tudo sob o comando de um quatro estrelas do Exército Americano. O mesmo acontecia com as Marinhas de Guerra e com as Aviações Militares desses países, todos eles sob o respectivo comando de quatro estrelas da Marinha e da Força Aérea.

O comando da OTAN estava localizado em Paris e as tropas americanas na Europa Ocidental, também estavam desdobradas em território francês. Contudo o General De Gaulle, Presidente da França, praticamente, se isolou da OTAN e determinou a saída do território francês das tropas americanas estacionadas, o que foi cumprido rapidamente. O comando da

1ª FASE OTAN e URSS (1945-1969): Examinemos alguns aviões



TU 22 (URSS)



B52 - OITO MOTORES
(USAF)



B57 (USAF)



CAMBERRA Bi8 (RAF)



Combate Aéreo

OTAN foi transferido para Bruxelas, onde está localizado até aos dias atuais.

Já o Pacto de Varsóvia estava sob o comando de um Marechal do Exército da Rússia, e todos os comandos subordinados estavam sob o comando de russos.

Neste artigo, é conveniente analisarmos somente o Poder Aéreo da OTAN e do Pacto de Varsóvia entre 1945 e 1989, para que não o tornemos excessivamente longo com análises dos Exércitos e das Marinhas de Guerra. Tratemos, portanto, sucintamente, das Aviações de Combate da OTAN e do Pacto de Varsóvia, com suas aeronaves concebidas e produzidas nos países da OTAN e da Rússia. Além do mais, é interessante dividir o período 1945-1989 em duas fases, pelo menos: a 1ª Fase, 1945-1969, é aquela oriunda da Segunda Guerra, em que os inimigos tinham o planejamento dos bombardeios aéreos a grandes altitudes, a fim de esgotar, física e moralmente, o inimigo, por meio do ataque a grandes metrópoles e aos centros industriais, enquanto os ata-

cados responderiam com outras aeronaves de combate (interceptação) para a derrubada dos bombardeiros. Já a 2ª Fase (1970-1989) se caracterizou pela entrada definitiva da Aviação de Combate a jato, não só para os aviões de interceptação e de ataque, bem como pela entrada em cena dos grandes bombardeiros a jato ou turboélices. Evidentemente, essas duas fases não podem ser delimitadas, radicalmente, porquanto o desenvolvimento das aeronaves nem sempre é homogêneo e similar entre os grandes fabricantes, variando de acordo com as necessidades estratégicas dos países, impostas pelas hipóteses de atuação em conflito armado.

Vale ajuntar - apesar de não podermos ser rigorosos na divisão das fases - a entrada da URSS como a segunda potência nuclear que, antes, era privilégio dos EUA, veio facilitar essa divisão, uma vez que, poucos anos depois, a Grã-Bretanha e a França se tornaram também potências nucleares. Vamos, então, fixar as duas fases, quais sejam: **1945-1969** e **1970-1989** (derrubada do Muro de Berlim).

de Bombardeio que tiveram participação importante na 1ª Fase, tanto aviões da OTAN como da URSS:



TU 20
Quatro Turbo-hélices. Esclarecimento.
Ainda em operação (URSS)



H. PAGE VICTOR
Supersônico em picada
(RAF)





Com a velocidade de desenvolvimento e produção americana de aviões, a USAF tem ainda em serviço o B52 H (entrou em serviço em 1958) com a aviãoica “up to date”. Os aviões das figuras acima não estão mais em serviço operacional. Com o desenvolvimento dos radares, porém, e, mesmo, dos radares de bordo, a Doutrina de Emprego modificou-se, radicalmente: o emprego em baixas altitudes começou a ser utilizado, obrigando o reforço estrutural de alguns

aviões, como foi o caso do B52 D, transformado no B52 H com uso específico na primeira Guerra do Iraque (1990-1991). Na realidade, com os aumentos de carga, de alcance e de precisão dos aviões de combate aéreo (caças), os bombardeiros foram relegados a segundo plano, exceto quando os B52 H foram utilizados para o bombardeio em tapete, a fim de desalojar as tropas iraquianas entrincheiradas nas areias do deserto (Kuwait e Iraque).

2ª FASE

OTAN e URSS (1970-1989)

A USAF colocou em serviço o FB111 e o B1. O FB111 realizou a famosa missão de ataque a Omar Kadafi na Líbia. O avião operava a partir de Bases Aéreas na Inglaterra. Já o B1, supersônico de quatro motores, operava a partir do Continente norte-americano.



FB 111B (USAF)



B 1B (USAF)

TU 26
Bireator Supersônico
(URSS)



Outras máquinas de guerra entraram em serviço na URSS, cada aliança querendo provar que seus aviões eram superiores. Vão, o sacrifício, pois as duas superpotências acabaram, melancolicamente, mostrando que, segundo Paul Kennedy, autor do livro “Ascensão e Queda das Grandes Potências”, o destino inexorável dos grandes é o declínio.

1ª FASE

(1945-1969)

Daremos um passo adiante para mostrar algumas das Aeronaves de Combate Aéreo (Caça) durante a 1ª Fase:



JAGUAR (RAF)



LIGHTNING
C/2 MÍSSEIS
FIREFLASH



MIRAGE III C
(Armée de L'Air)



ETENDART
(Armée de L'Air)



F 5 A (USAF) em
uso na Europa

Continuação Aeronaves de Combate Aéreo (Caça) durante a 1ª Fase (1945-1969):



F 104 (USAF)

F 104 em uso na Luftwaf, Bélgica, Holanda e Itália. Foi apelidado de WIDOW MAKER

MIG 21
Um ícone da Aviação de Caça

MIG 15
Em largo uso nos Países do Pacto de Varsóvia (URSS)

MIG 19 (URSS)

1970-1989

2ª FASE

Com a brusca mudança da Doutrina de Emprego da Aviação de Bombardeio, podemos dizer que os bombardeiros foram colocados em desvantagem, porque a detecção com radar de terra foi aperfeiçoada de tal modo que qualquer alvo com mais de 3,5 m² de seção cruzada seria facilmente detectado. Mesmo

a aproximação a aproximação a baixa altura não impediria a detecção pelos radares de terra. Além do mais, os mísseis de terra, como os SA6 e SA7 russos, apoiados por radares, com cobertura a baixa altura, podiam interceptar os atacantes. A tecnologia fez as armas dar um pulo grande à frente.

Vejamos o que pode ser apresentado em termos da Aviação de Combate Aéreo (Caças):



MIG 29 (URSS)

F 15 (USAF)

F 18 (USAF) na ala do SU 27 (URSS)

SU 26 (URSS)

F 16 (USAF)

MIRAGE 2000 D (Armée de L'Air)

IL 78 com dois SU 27 (URSS)

SU 37

no detalhe, tubeira deflexionada para direita – TVC-Thrust Vectoring Control (URSS)

O que se aprendeu com esse conflito que perturbou a vida na Europa, por durante 45 anos e obrigou, ambos os pactos e seus respectivos países, a gasto de bilhões de dólares, para manter a contenção “pacífica” entre os contendores? O que foi apreendido é que a diplomacia é o caminho primeiro e principal para a paz, desde que apoiada por Poder Militar respaldador ■



Criado no dia 11 de agosto de 2004, por meio da Portaria nº 7, do Comandante da UNIFA, o Programa de Pós-Graduação tem como foco o desenvolvimento e a consolidação dos Cursos de Mestrado e Doutorado em Ciências Aeroespaciais, o desenvolvimento do Centro de Estudos Estratégicos da UNIFA, o registro e a divulgação de toda a produção científica do “campus”, além de outras importantes atividades.

O Programa de Pós-Graduação da UNIFA tem os seguintes objetivos:

- Capacitar profissionais em áreas de interesse do Poder Aeroespacial, com ênfase no aprofundamento dos conhecimentos dos fundamentos e das bases doutrinárias dos assuntos pertinentes. Com isso, buscar-se-á colocar esses profissionais a par de modernos métodos voltados para o planejamento do preparo e do emprego da Força Aérea, das novas tecnologias de interesse do Poder Aeroespacial e de métodos de gerenciamento de processos administrativos;

- Fomentar o desenvolvimento de pesquisas que, efetivamente, contribuam para a ampliação do conhecimento científico, militar e para o enriquecimento da comunidade científica e aeroespacial.

Esse Programa tem como áreas de concentração o Planejamento Militar, a Ciência e Tecnologia, os Recursos Humanos e a Administração.

O *Planejamento Militar* têm como linhas de pesquisa: Planejamento do preparo da Força Aérea, Planejamento do emprego da Força Aérea, Tecnologia, Estratégia, Inteligência, Comando e Controle, Mobilização, Logística e Doutrina de Emprego da Força Aérea.

A *Ciência e Tecnologia* têm como linhas de pesquisa: inovações tecnológicas, com enfoque no impacto da adoção de inovações tecnológicas complexas no âmbito estratégico e operacional da Força Aérea.

Os *Recursos Humanos* têm como linhas de pesquisa: perfil e capacitação do profissional da Força Aérea – formação, aperfeiçoamento, especialização e altos estudos; efeitos da hipóxia de altitude no sistema nervoso central; e efeitos da baixa luminosidade na percepção cromática no período noturno.

A *Administração* têm como linhas de pesquisa: gestão estratégica e análise organizacional.

No momento, a UNIFA está desenvolvendo as atividades da terceira Turma de Mestrado em Ciências Aeroespaciais, composta por oficiais da Ativa e da Reserva. Também estão sendo envidados esforços

para a realização do primeiro Curso de Doutorado, a ser ministrado em 2007.

Sobre o Centro de Estudos Estratégicos da UNIFA é de bom alvitre falar sobre a importante tarefa que ele tem de promover estudos e debates sobre temas de importância crucial para o Poder Aéreo, tais como: Política de Defesa Nacional, naquilo que interessa ao Poder Aeroespacial; Relações Internacionais; História Militar; Geopolítica; Direito Internacional; Liderança; Educação etc.

Além dessas iniciativas, várias outras estão em andamento, principalmente aquelas voltadas para a intensificação do relacionamento com Universidades Federais, na busca de ampliar as opções para a capacitação de nossos oficiais em cursos “*stricto sensu*”.

A oportuna iniciativa da UNIFA, ao implantar e consolidar um Programa de Pós-Graduação, pode ser aferida pelas palavras da Professora Suzana Gueiros, da UFRJ, durante uma banca examinadora de dissertação, em novembro de 2005:

(...) “os profissionais da Força Aérea têm de estar sempre na vanguarda, dominar todas as avançadas tecnologias e conhecimentos, senão a Força Aérea não tem razão de ser, não conseguirá cumprir a sua missão.” (...)

(...) “as pesquisas e os estudos sendo realizados na UNIFA mostram o acerto e a sábia decisão da Aeronáutica de manter-se na vanguarda.” (...)

Aduzindo comentários a este pensamento, o Programa de Pós-Graduação da UNIFA vem sendo fortalecido e prestigiado por inúmeros professores doutores, tanto da Aeronáutica como do meio acadêmico universitário civil. Muitos são os nomes que se inserem nesses primeiros passos históricos de um movimento educacional em que a Força Aérea se coloca com sua avançada visão de contribuir com os valores da nacionalidade.

No dia 10 de dezembro último, encerrou-se o curso de Mestrado da segunda Turma (Turma de 2005), na Universidade da Força Aérea, no legendário Campo dos Afonsos.

A Formatura da Turma de 2005 foi abrilhantada pela presença do Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro Luiz Carlos da Silva Bueno, e de todos os Membros do Alto Comando da Aeronáutica, além de um grande número de oficiais da Ativa e da Reserva das três Forças.

Foram integrantes desta segunda Turma de Mestrado da UNIFA, os seguintes mestrandos com suas dissertações (box página ao lado):



Programa de Pós-Graduação

1-Brig.-do-Ar Paulo Roberto de Oliveira Pereira

Tema: Curso Integrado de Altos Estudos Militares Interforças.

2-Brig.-do-Ar R1 Valter Carrocino Filho

Tema: Gestão Acadêmica na ECEMAR, Considerada a Necessidade de Consolidação.

3-Cel.-Av. Márcio Antônio Gonçalves Coelho

Tema: O Exercício da Docência na ECEMAR.

4-Cel.-Farm. Manoel Rodrigues Martins
Tema: Avaliação das Fixações nas Articulações Sacro-Iliaca e Proposta Terapêutica para Redução da Lombalgia em Pilotos de Helicóptero.

***5-Cel.-Av. Rogério Luiz Veríssimo Cruz**
Tema: Offset: o Exemplo do Setor Aeroespacial Brasileiro.

6-Cel.-Av. Jefferson Wanderlei dos Santos
Tema: A Capacitação dos Oficiais Gestores dos Setores de Recursos Humanos das Organizações de Segundo Escalão da Aeronáutica. uma Revisão Crítica.

***7-Cel.-Av. Paulo Borba**
Tema: Mobilização do Transporte Aéreo no Brasil: uma Proposta de Reformulação.

8-Cel.-Av. R1 Luís Mauro Ferreira Gomes

Tema: Liderança em Ambiente Aeroespacial: Especificidades.

9-Cel.-Av. R1 Tacarijú Thomé de Paula Filho
Tema: Gerenciamento Pró-Ativo no SISMA: uma Mudança Completa.

10-Cel.-Av. R1 Luiz Fernando Póvoas da Silva

Tema: Força Aérea na Amazônia Brasileira, a Missão de Policiamento do Espaço Aéreo: Implicações Presentes.

11-Cel.-Av. R1 Araken Hipólito da Costa
Tema: A Teoria do Conhecimento nos Cursos de Estado-Maior e de Política e Estratégia Aeroespaciais: Reflexões sobre a Viabilidade de Implantação.

12-Cel.-Av. R1 Marcelo Hecksher
Tema: A Administração de Recursos Humanos na Aeronáutica: uma Visão Crítica.

13-Cel.-Av. R1 Izaías dos Anjos Souza
Tema: A Certificação Militar na Aeronáutica Brasileira nas últimas três décadas: uma Abordagem dos Resultados e Necessidades.

14-Cel.-Av. R1 Marcio Rocha
Tema: O Planejamento Estratégico como Instrumento de Otimização do Preparo da Força Aérea: Adequabilidade de uma Metodologia.

***15-Ten.-Cel.-Av. Marco André Bravim**
Tema: Doutrina de Forças de Coalizão em Forças Combinadas.

16-Ten.-Cel.-Av. Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino
Tema: Uma Proposta de Modelo Lógico de Sistema de Comando e Controle.

17-Ten.-Cel.-Av. José Vieira de Souza Neto
Tema: Um Diagnóstico do Sistema de Inteligência da Aeronáutica considerando a Diversidade do Ambiente Global: Estudo de Caso.

18-Ten.-Cel.-Av. Edson Paschoalino de Souza
Tema: O Fator Humano na Segurança da Informação Digital: Estudo de Caso no COMAER.

19-Ten.-Cel.-Farm. Nilceu José Oliveira
Tema: Atividades de Biodefesa no Serviço de Saúde da Aeronáutica: uma Abordagem Necessária Frente ao Contexto Atual.

20-Ten.-Cel.-Int. David de Andrade Teixeira
Tema: Aspectos do Perfil Decisor de Oficiais de Estado-Maior na Aeronáutica e sua Compatibilidade com a Doutrina Institucional.

21 - Profª Maria José de Almeida
Tema: Interação de Altos Estudos Militares: uma Abordagem Curricular para os Cursos de Política e Estratégia das Forças Armadas Brasileiras

* não participaram da sessão de fotos

Encontro com

O ano de 1970 foi, para mim, um ano muito especial, marcado por uma série de importantes acontecimentos que deram um novo rumo à minha vida e à minha trajetória na Força Aérea Brasileira.

Com todo o vigor que a juventude me proporcionava e a vibração de ser um cadete-do-ar, eu vivi, entre um punhado de amigos, as emoções do recebimento do espadim, do primeiro salto de pára-quedas, do primeiro vôo solo, da conquista da NAVAMAER-68, de ver pela televisão o homem pisar na Lua, de assistir às evoluções da Esquadrilha da Fumaça nos antigos NA T-6. Quanto orgulho em carregar, no peito, aquele meio-brevê de piloto militar. Assim foram meus primeiros anos na Academia da Força Aérea, no Velho Corpo de Cadetes, no Lendário Campo dos Afonsos.

A exemplo do que já vinha ocorrendo com turmas anteriores, ao alcançarmos o “*status*” de cadetes do 4º ano, fomos deslocados do Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro (RJ), para o então Destacamento Precursor da Academia da Força Aérea – DPAFA, em Pirassununga (SP), a fim de realizarmos o estágio avançado de pilotagem.

A aeronave a ser voada era o T-37 CESSNA, introduzida na instrução aérea, desde o ano anterior, para substituir o famoso NA T-6 na formação do oficial-aviador.

Lá, no DPAFA, estavam em construção as futuras instalações da Academia da Força Aérea, cuja transferência se deu no ano de 1971.

O deslocamento da Turma para Pirassununga foi realizado em aeronave C-130 HÉRCULES e, ao desembarcarmos, fomos recebidos pelo Comandante do DPAFA, Coronel-Aviador OSÓRIO, e demais oficiais do Destacamento. Por parte dos cadetes, a expectativa era grande. Sair de um monomotor leve, o Fockler T-21, para um bi-reator pesado.

Quis o destino que eu fosse desligado de vôo, em Conselho realizado no dia 6 de maio de 1970, juntamente com outros companheiros de turma, dentre os quais, recordo-me, estavam o DURANS (65-249) e o MENDONÇA (*Cachorrão*).

Fomos, então, encaminhados de volta ao Rio de Janeiro, para sermos submetidos aos exames de saúde e psicológico para fins de exclusão e desligamento do

Corpo de Cadetes da Aeronáutica, cuja publicação em Boletim Interno se deu, em 4 de junho de 1970.

Pelo grau de instrução militar alcançado, recebemos o Certificado de Reservista como 1º Sgt.-QIG FI.

Ao longo daquele ano, outros colegas foram sendo desligados de vôo, chegando ao número total de quarenta e um. Aqueles que já eram militares antes do ingresso na AFA retornaram às antigas graduações e antiguidades, dentro dos respectivos quadros e especialidades, como por exemplo o PAULO FLÁVIO (*Sorrisal*) e o SAMPAIO (*Cobra d'água*) – que eram sargentos, e o CHAGAS (*Macaco*) – que era cabo.

O Brig.-do-Ar DÉLIO JARDIM DE MATOS, que naquele ano comandava a Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda (então EOEG, depois EOEIG), em Curitiba (PR), ao tomar conhecimento de que a Academia estava desligando cadetes do 4º ano, sem cogitar aproveitá-los no Quadro de Intendentes, como de praxe, tomou a iniciativa de propor ao COMGEP (Comando-Geral do Pessoal) a matrícula desses ex-cadetes no Curso de Formação de Oficiais de Infantaria daquela Escola. Para tanto, apresentou ao COMGEP uma minuta de Portaria que dava respaldo à sua proposta.

Tal fato gerou grande expectativa nos ex-cadetes, que trataram de fundar uma “*confraria*”, tendo sido elaborado um cadastro geral, contendo nomes, endereços, telefones e outras informações dos desligados, para os necessários contatos e informações. Quem não fosse da área do Rio, dava seu jeito de ficar por perto, acompanhando o desenrolar dos acontecimentos.

Como o DURANS era do Estado do Maranhão, e a AFA não permitia a hospedagem de cadetes desligados, pedi a meus pais que o “*adotassem*”, até que se resolvesse a questão da nossa matrícula ou não na EOEG.

O *Cachorrão*, que era de Aracaju (SE) e não tinha para onde ir, morava escondido na “*bequilha*” de um dos alojamentos desocupados da Academia, onde, às vezes, nós íamos visitá-lo. Como não dispusesse de roupa de cama, ele se enrolava em Bandeiras do Brasil inservíveis, guardadas num armário pelo Sr. Cícero, velho funcionário do Corpo de Cadetes.

Era o ano da Copa do Mundo, da conquista do

Cel.-Inf. Nielson
Campos de Souza
(Cadete 68-299 –
Turma Contacto)



Eduardo Gomes

tri campeonato. O País estava em festa, e nós, por vezes, nos dávamos ao luxo de desfrutar daquele clima de euforia que contagiava a todos os brasileiros e ajudava a amenizar nosso sofrimento.

A cada quinze dias, nós nos reuníamos com os demais “confrades” e comparecíamos ao COMGEP, que ficava no 8º andar do antigo Ministério da Aeronáutica, no Centro do Rio, a fim de saber se a tal Portaria havia sido assinada. E, sempre, para nosso desconsolo, obtínhamos informações bastante pessimistas por parte daqueles que nos recebiam. Diziam até que havia na FAB uma “corrente” contrária ao aproveitamento de ex-cadetes na EOEG e que, por isso, deveríamos desistir de tal intento.

Lembro-me de que aproveitávamos nossas idas ao antigo Ministério, para fazer uma visitinha ao Sargento SONRISAL e ao Cabo MACACO que, ao serem reintegrados ao Corpo do Pessoal Graduado, foram classificados numa mesma seção da Diretoria de

Administração de Pessoal – DIRAP. Era aquela “zona”.

Ao mesmo tempo em que eu aguardava a possibilidade de reingresso na FAB, decidi tirar a carteira de piloto privado. Para tanto, dei entrada no Departamento de Aviação Civil das horas de vôo realizadas na AFA e dos graus obtidos nas matérias especializadas, vindo-me obrigado a realizar as provas de Meteorologia (média inferior a sete) e de Regulamento de Tráfego aéreo (compulsória).

No dia em que eu compareci ao DAC para receber a carteira de piloto, fui atendido por um suboficial que, ao consultar o meu processo, achou curioso que eu já tivesse tantas horas voadas, inclusive em aeronave a reação, e iniciamos uma conversa sobre a minha situação de ex-cadete. Após dar-lhe conhecimento da incerteza e das dificuldades relativas à matrícula na EOEG, eu lhe disse “acho que só o Eduardo Gomes poderia resolver esse problema”, ao que o suboficial me respondeu que tinha o endereço do Brigadeiro e

Incorporação de novos cadetes, em 31 de maio de 1941, na Praça das Harpias, hoje conhecida como Praça do Relógio, no Campo dos Afonsos





que se eu quisesse poderia informar-me. De pronto, aceitei. Ele abriu a gaveta de sua mesa e de lá retirou um papel com o endereço prometido. Praia do Flamengo, nº..., 8º andar. É o que ainda me recordo.

Ao chegar em casa, perguntei ao DURANS: “– *Negão, vamos nos encontrar com o Eduardo Gomes?*” Ele topou.

Era um dia de sábado, à tarde, quando nós nos deslocamos do Bairro de Olaria, para o do Flamengo, para tentar falar com o Brigadeiro.

Ao chegarmos ao endereço indicado, fomos atendidos por um taifeiro de nome Rafael, o qual nos informou que o Brigadeiro não se encontrava em casa. Teria ido à missa, mas que, por volta das 19 horas e 30 minutos, era certo que ele estaria em casa, já teria jantado e nos poderia receber. É claro que aproveitamos aquela oportunidade para contar a nossa história e angariar a simpatia do Rafael, que se tornou nosso “*cúmplice*” e facilitou o nosso encontro com a autoridade.

Finalmente, na hora combinada com o Rafael, lá estávamos eu e o Durans para sermos recebidos por Eduardo Gomes.

Apertei a campainha, e o Rafael, ao abrir a porta, nos disse: “– *Sua Excelência os aguarda na biblioteca. Podem entrar*”.

A biblioteca era um ambiente repleto não só de livros mas, também, de planópias, quadros, fotos, estatuetas, maquetes, réplicas de aviões e outros objetos que bem retratavam o seu forte vínculo com a Aviação e com a Força Aérea Brasileira. Foi ali, naque-

le ambiente aeronáutico, que o “*Velho Brigadeiro*” nos recebeu.

Após contar-lhe nossa história e responder algumas de suas perguntas, ele se mostrou surpreso, para não dizer indignado, com o fato de a Aeronáutica estar perdendo o investimento de anos feito em jovens que haviam freqüentado suas escolas, desligando-os já no último ano do curso de formação de oficial.

Ele nos disse que, por discordar do que estava acontecendo, na terça-feira seguinte, iria ao COMGEP “*falar com o BELLO*” (Ten.-Brig.-do-Ar ARY PRESSER BELLO), mas que não poderia nos garantir que tal atitude fosse contribuir para solucionar o problema, pois já se encontrava há alguns anos fora do serviço ativo, embora soubesse que ainda gozava de um certo prestígio com oficiais-generais da ativa, que tinham sido seus comandados.

Assim, ele recomendou que nós voltássemos a procurá-lo na quarta-feira seguinte, naquele mesmo horário, para nos informar do resultado de suas investidas no COMGEP.

Ficamos bastante curiosos em saber o que aconteceria, como tudo aquilo terminaria. A esperança era grande.

Na quarta-feira, na hora marcada, lá estávamos nós, diante do “*Velho Brigadeiro*”.

Recordo-me que ele nos recebeu na mesma biblioteca. Dessa vez, não nos mandou sentar e foi bastante breve e enfático. Suas palavras foram as seguintes: “– *Meus filhos, eu estive lá no Ministério e falei com o Bello. O que eu poderia fazer por vocês eu*

Aspirantes de Infantaria - 17 Dez 1971

(Em ordem alfabética – o 01 foi o Jeferson Bernardini)

Adalberto Pereira da **Silva Lima**

Agostinho **Shibata**

Bernardo José Ribeiro **Sampaio**

Cláudio Sérgio Oliveira de Borba **Maranhão**

Ednaldo **Barbosa Lima**

Eduardo Antônio da Silva

Geraldo Antônio da **Silva Costa**

Gil Nei **Cesconetto**

Hélio Alves **Borges**

Hugo da **Cunha Neto**

Ivan Cezar de Lima

Ivanir da Silva **Rubim**

Jeferson Bernardini

João Carlos Baccheret **Sodero**

José **Américo Alves** de Azevedo

José do Carmo **Torres Filho**

José Domingos **Ávila** Gonçalves

José Roberto **Durans** Amorim

Manoel Luiz **Osório** Ávila

Marco Antônio Vieira **Franco da Rosa**

Mateus **Biriato** de Azevedo

Nelson **Biacchi**

Nielson Campos de Souza

Nilo Sérgio de Almeida **Meireles**

Paulo César **Vidal**

Paulo Flávio Ferreira

Paulo Roberto de Souza

Paulo **Sérgio** Ribeiro

Reginaldo Beltrato **Carrera** Chaves

Reinaldo Jorge Ribeiro

Sérgio Luiz da Silva

Severino Eduardo de Vasconcelos

Shirley da Silva

Uderci Braga da Silva

Valdemir Nogueira **Chagas**

Wilson **Vargas**

Walter **Gomes Braga**



já fiz; de forma que não me procurem mais. Boa noite!"

Nós agradecemos ao Brigadeiro a atenção que ele dispensou ao nosso caso e, em seguida, nos retiramos.

Confesso que fiquei um pouco confuso, sem saber exatamente o que o Brigadeiro quis dizer. O que ficara decidido, o que deveríamos fazer. Restava-nos, apenas, esperar. Aguardar algum resultado que nos fosse favorável.

Tratamos de divulgar à “confraria” o nosso encontro com Eduardo Gomes e as novas perspectivas de um bom resultado. A alegria foi geral. Reacenderam-se as esperanças.

Duas semanas depois, comparecemos em massa ao COMGEP, para saber das “novidades”. Havia lá um coronel de nome Campos, que estava uma arara conosco. Queria saber “*quem colocou o Eduardo Gomes no circuito*”. Disse-nos que o “*velhinho*” chegou lá e “*fechou o tempo*”, dizendo que não reconhecia aquela como sendo a Força Aérea a que ele serviria. Que não admitia que se mandassem para casa cadetes do 4º ano, desperdiçando todo o investimento feito pela Força e frustrando jovens que haviam dedicado vários anos de suas vidas para a realização do sonho de ser oficial da Aeronáutica.

Confesso que foi um dia de glória. E o melhor estaria por vir: Portaria nº 121 COMGEP, de 30 de outubro de 1970; dispositivo que dava o respaldo para nossas matrículas na EOEG.

Alguns dias depois, recebemos, em nossos endereços, telegrama da AFA, convocando-nos a comparecer ao Corpo de Cadetes para dar entrada em requerimento, com solicitação de matrícula na EOEG. Quando lá chegamos, fomos recebidos pelo Cap.-Adm. Rodrigues, que trabalhava na Secretaria do Corpo de Cadetes e já tinha, em mãos, todos os requerimentos datilografados, cabendo-nos, apenas, assiná-los, à medida que éramos por ele nominados.

Nos dias que se seguiram, realizamos a inspeção de saúde e o teste psicológico, com vistas à matrícula no Curso de Formação de Oficiais de Infantaria de Guarda da EOEG.

Finalmente, vimo-nos matriculados naquela Escola, no dia 1º de dezembro de 1970. Se a lista de chamada dos novos alunos fosse elaborada com base nos apelidos, seria mais ou menos assim: *Sonrisal, Cobra d'água, Macaco, Chiclete, Pedal, Pudim, Boca Mole, Águia Negra, Frango de Macumba, Leitinho, Suquinho, Biu, Tio Zé, Bigorna, Flecha Ligeira, Baito-*



lão (ou Gasolina), Garni, Marquinho Maluco, Porca Preta, Fogoió, Churrasquinho, Gomes Baba, Rei do Cagaço...

Em 17 de dezembro de 1971, fomos declarados aspirantes-a-oficiais de Infantaria. Éramos 37 ex-cadetes, numa turma de 63 formandos.

E até hoje, quando eu me encontro com o Durans, recordamos, com certo orgulho e alegria, aquele decisivo “Encontro com Eduardo Gomes”, que deu novo rumo às vidas de 37 jovens ex-cadetes.

E aquela atitude firme e decisiva do “*Velho Brigadeiro*”, característica marcante da sua personalidade e do seu espírito de liderança, se materializou numa Portaria, cujos efeitos se propagaram por vários anos, dando amparo a cadetes de turmas subseqüentes, também desligados em vôo, em condições semelhantes.

Salve o Patrono da Força Aérea Brasileira! ■

No dia 6 de fevereiro próximo passado, o polêmico Secretário de Defesa norte-americano, Donald Rumsfeld, apresentou ao Congresso de seu país o Informe de Defesa Quadrienal. Nele, aparecem listadas as prioridades de seu Departamento para os próximos quatro anos. Como elemento central, dentro dessa lista, está a luta contra o terrorismo. No informe, enfatizam-se os novos desenvolvimentos em matéria de armamentos, bem como as áreas que deverão ser privilegiadas em termos de prioridade. Nesse mesmo dia, foi tornado público o orçamento para o ano de 2006, no qual os gastos militares atingem a expressiva marca de US\$ 439,9 bilhões de dólares. Estes dados, certamente, merecem algumas considerações.

Em primeiro lugar, vale a pena citar o desmesurado orçamento destinado à área militar. Apenas quinze nações no mundo dispõem de um PIB superior aos gastos bélicos estadunidenses. Entre aqueles que não dispõem de um PIB que alcance esse montante se encontram Rússia (antiga rival), Suíça, Bélgica, Suécia e Noruega (*The Economist, World in Figures, London, 2006*).

Em segundo lugar, encontra-se a absoluta desproporção entre o seu orçamento militar e os do resto do mundo. Seus gastos bélicos representam mais de 40% dos gastos mundiais de defesa e equivalem ao orçamento combinado das seguintes nove potências militares que a seguem. E mais, seu poder bélico é superior, duas vezes e meia, ao de seus nove possíveis adversários combinados, ou

seja, países como Rússia, China, Coréia do Norte, Irã etc. (*Ziauddin Sardar, Merryll Wyndavies, Why do People Hate America?, London, 2003*).

Em terceiro lugar, está o absurdo de seguir desenvolvendo novos sistemas armamentistas, a custos gigantescos, quando os atuais lhes garantem uma vantagem militar esmagadora. Um só exemplo pode justificar esta afirmativa. Os Estados Unidos dispõem de mais de mil aviões F-15, um dos mais avançados da parafernália militar existente. Entretanto, segundo explicita o *The Economist*, de 11 de fevereiro de 2006, planeja-se investir 61,3 bilhões de dólares para o desenvolvimento de sistemas ultrasofisticados como as armas espaciais, os caças F-22 e os armamentos robóticos, que tornariam os F-15 obsoletos.

Em quarto lugar, poderíamos citar a falta de correlação entre as prioridades de defesa e o que se considera como a maior ameaça à segurança norte-americana. Enquanto esta última é identificada com o terrorismo, sua ênfase armamentista está no desenvolvimento de sistemas altamente sofisticados, como as armas espaciais e as aeronaves F-22. Estes, entretanto, servem muito pouco ou nada para combater os terroristas dentro do contexto de uma confrontação assimétrica.

Em quinto lugar, é facilmente detectável a existência de uma desconexão entre o que, simples vista, aparece como uma de suas maiores necessidades e o que está efetivamente explicitado nos planos de governo. O furacão Katrina evidenciou, claramente, que a Guarda Nacional da

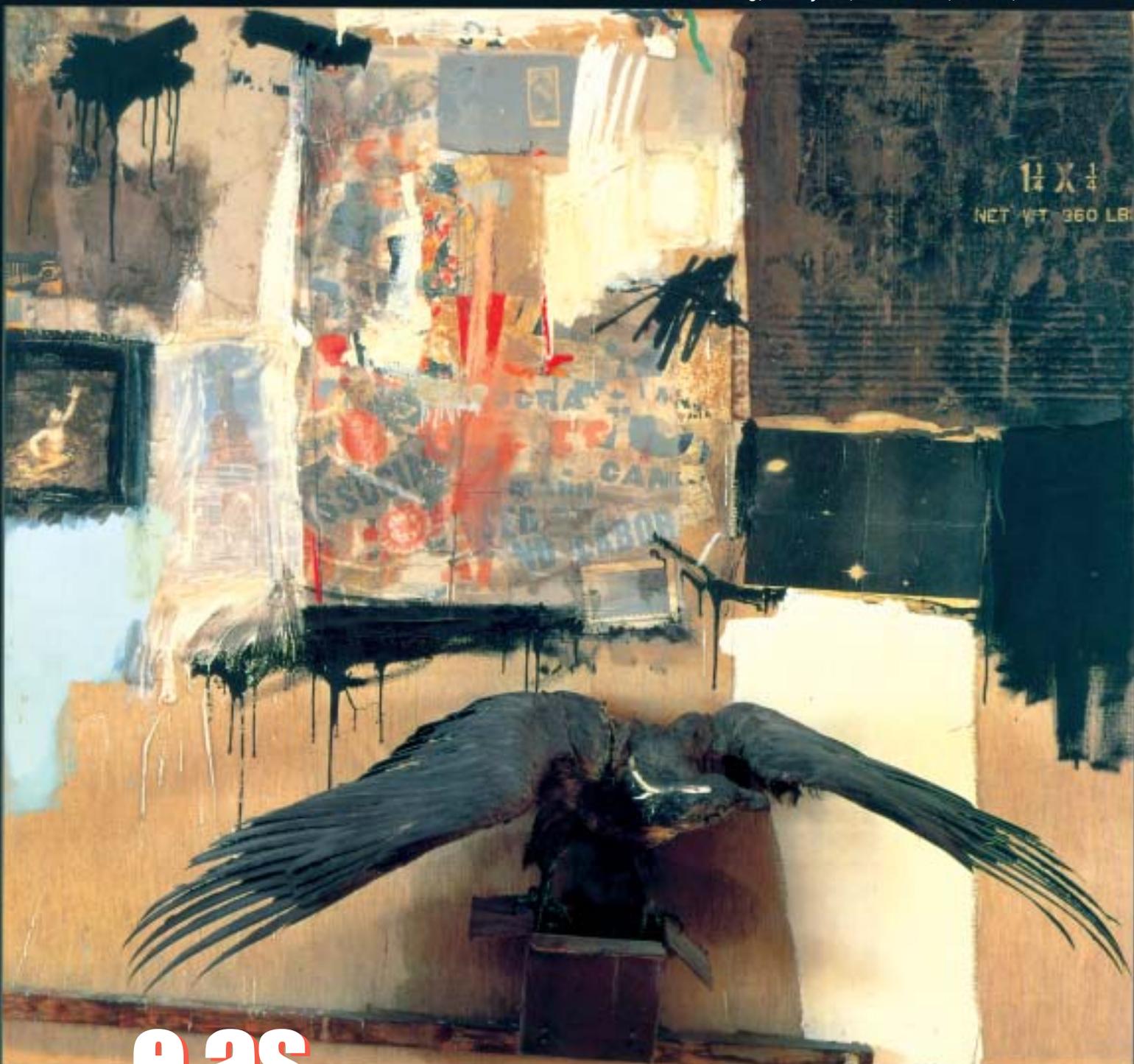
Louisiana não pôde ser acionada a tempo, pois significativa parcela de seu contingente se encontrava no Iraque. A guerra no país mesopotâmico demonstra claramente a insuficiência de tropas americanas para controlar integralmente a situação. Não obstante, o Informe de Defesa Quadrienal sugere a redução, de forma paulatina, de mais de cem mil soldados, como fórmula para reduzir os altos custos da ocupação.

Em sexto lugar aparece a irracionalidade de gastos, como os delineados, dentro do contexto dos reais problemas do país. O gasto militar não somente é diretamente responsável pelo déficit fiscal que supera 3% do PIB, como, evidentemente, pressupõe tremendos cortes em seguridade social. Ainda de acordo com a citada edição do *The Economist*, o gasto militar conduz a uma redução obrigatória de quase US\$ 40 bilhões no sistema de atendimento médico a menores de idade, conhecido como "Medicaid", e conduzirá, fatalmente, a cortes orçamentários na ordem de US\$ 65 bilhões, nos próximos cinco anos, no plano de atendimento aos pobres, intitulado "Medicare".

Do anteriormente exposto, depreende-se que ao privilegiar o poder militar, com orçamento tão vultoso, os Estados Unidos correm o risco de comprometer, seriamente, em médio prazo, a expressão psicossocial do poder nacional, criando um generalizado clima de insatisfação, acarretando sérios prejuízos às camadas menos favorecidas da sociedade estadunidense, e que poderá desdobrar-se em nocivo estado de instabilidade e no esgarçamento do tecido social ■

O Portentoso Poder Militar

Rauschenberg, "Canyon", 1959 – 207,6 x 179,1 x 61cm



e as Questões Sociais nos **EUA**

*Manuel Cambeses Júnior
Cel.-Av. R1*

*Membro do Centro de Estudos Estratégicos
da Escola Superior de Guerra e do Instituto
de Geografia e História Militar do Brasil*



No dia 1º de maio, quando o Presidente Evo Morales fez, com grande encenação e publicidade, o anúncio do decreto de nacionalização/expropriação das jazidas e instalações de petróleo e gás na Bolívia, ficou evidenciado mais um monumental fracasso na desastrosa atuação externa do Brasil ao longo de mais de dez anos.

Têm surgido numerosos artigos e declarações, inclusive de ex-Chanceleres e diplomatas aposentados, criticando, em tons inusitadamente contundentes, a postura e a conduta do Presidente da República e de seus auxiliares imediatos em relações internacionais, diante da ação boliviana. Essas condenações são mais do que merecidas e a elas acrescento minha indignação. Entretanto, julgo necessário destacar quando e por quem foram lançadas as sementes desse processo continuado de desprofissionalização dos quadros do Itamaraty e de seu afastamento da tarefa, que lhe tem de caber com exclusividade, de formulação e execução da política externa do Brasil.

O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, desde o início de seu governo, empenhou-se em desenvolver a chamada “*diplomacia presidencial*”. Mais do que satisfazer sua notória vaidade, essa forma de intromissão no que, historicamente, fora prerrogativa do competente serviço diplomático brasileiro permitiu-lhe tomar decisões que causaram imensos danos aos interesses nacionais. Tudo isso foi feito pelo então Presidente Fernando Henrique, deliberadamente, negando-se a consultar ou ouvir e, até, **contrariando** o parecer profissional do Itamaraty. A lista é longa, mas basta, a título de exemplo, destacar a adesão ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear e a assinatura do Acordo para uso pelos EUA do Centro de Lançamento de Alcântara.

No que se refere à atual questão do gás boliviano, foi o então Presidente Fernando Henrique Cardoso quem determinou a implementação do, até então, muito questionado projeto de construção do gasoduto Brasil-Bolívia. Não havia, no Brasil, mercado algum para o gás boliviano. É sabido que, depois de pronto o gasoduto, a Petrobrás teve

Marcos Henrique
Camillo Côrtes
Embaixador de carreira,
aposentado a pedido,
em janeiro de 2003

A Crise Brasil-Bolívia



de desenvolver intensa campanha para persuadir as empresas brasileiras a fazerem a conversão do óleo para o gás, a fim de que tivessem para quem vendê-lo, inclusive subsidiando a compra desse gás até 2004. A construção do gasoduto foi, inicialmente, promovida pela empresa norte-americana (depois desmascarada como fraudulenta) Enron e seu verdadeiro objetivo era criar um dos mecanismos que contribuiriam para a alienação da Petrobrás – o que o ex-Presidente Fernando Henrique não conseguiu efetivar, apesar do empenho com que o coadjuvou, nesse sentido, o ex-subversivo Henri Philippe Reichstul.

A nefasta “*diplomacia presidencial*” de FHC foi abraçada entusiasticamente pelo governo do PT. Enquanto o governo era conduzido de fato pelo todo-poderoso José Dirceu, a atuação do Brasil no Campo Externo (expressão correta, pois Política Externa não existia e continuou não existindo) passou a ser conduzida pela “*troyka*” formada pelo Assessor de Relações Internacionais, Professor Marco Aurélio Garcia; pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, e pelo Secretário-Geral do MRE, Embaixador Samuel Pinheiro-Guimarães. Com esse esquema, montou-se um exuberante e caricato programa de viagens internacionais do Presidente, saudado pelo Ministro Celso Amorim como “*Nosso Guia!*”. Ao mesmo tempo, implementou-se programa de politização/ideologização dos quadros do MRE. Assim, completou-se a demolição do prestígio profissional do Itamaraty e erodiu-se qualquer capacidade de efetiva participação do Brasil nas principais decisões no âmbito internacional de interesse prioritário para a Nação brasileira. As tão alardeadas “*vitórias*” internacionais do Governo ficaram expostas como retumbantes desastres. Em vez da “*CASA*” (sigla inexplicável para a pretendida “*Comunidade Sul-Americana de Nações*”) o que se vê é a ruína de desagregação da Comunidade Andina de Nações e do Mercosul.

Agora, o próprio Presidente se queixa de que “*herdou*” a dependência do gás boliviano. Mas por que não começou, logo após a posse, programa que permitisse escapar dessa dependência? Por que ajudou, como pôde, a eleição do “*compañero*” Morales, que anunciara amplamente sua posição na questão? Por que Marco Aurélio Garcia e Samuel Pinheiro-Guimarães sinalizavam de todas as formas o apoio ao Governo Morales? Aliás, todas as declarações, providências e omissões de todas as autoridades do governo, do Presidente aos seus Ministros e auxiliares, sinalizavam uma postura passiva, condescendente e, por incrível que parecesse, de aceitação plena da ação unilateral boliviana de confisco e de violação de acordos e contratos.

Há muitos anos, tenho procurado demonstrar, em palestras e artigos, os imensos malefícios da chamada “*diplomacia presidencial*”. O mais recente exemplo dessa série de desserviços ao Brasil por dois presidentes deixa inteiramente visível a principal finalidade dessa intromis-

são no âmbito próprio do Itamaraty: impossibilitar os verdadeiros diplomatas profissionais, cujo único compromisso é servir à Nação, de impedirem a adoção de medidas, no campo externo, contrárias aos interesses do Brasil, tomadas para satisfazer ambições políticas próprias ou para ceder a objetivos de outros países. Os que praticam essa deturpação solerte da diplomacia sabem que jamais poderiam contar com a cumplicidade dos verdadeiros diplomatas para seus desígnios de lesa-pátria!

Essa sinistra rota de dilapidação do Poder Nacional só poderá ser sustada quando o Brasil voltar a ter um governante dedicado a servir, com honestidade e patriotismo, os interesses do país e não agir em função de supostas “*amizades pessoais*” ou proclamadas “*afinidades ideológicas*”. Quando isso ocorrer, algumas providências têm de ser imediatamente adotadas para que se possa empreender a tarefa de recuperação do profissionalismo competente do Itamaraty e, por meio dele, recuperar o respeito de que o Brasil necessita. Nesse sentido, algumas medidas fundamentais serão:

- Acatamento permanente, pelo Presidente da República, das atribuições institucionais do Itamaraty, abstenendo-se de interferir pessoalmente no planejamento e na formulação das diretrizes de Política Externa, não permitindo, tampouco, qualquer outra interferência (esse acatamento significa que sua participação no Campo Externo se dará única e exclusivamente quando requerida pela Ação Diplomática desenvolvida pelo MRE);

- Abolição de qualquer tipo de “*assessoria de relações internacionais*” do Chefe de Estado (o único assessor do Presidente no que se refere ao Campo Externo tem de ser o Ministro das Relações Exteriores);

- Firmeza para impedir que ocupe o cargo de Chanceler qualquer pessoa que tenha ambições políticas pessoais, que se preocupe em agradar o Presidente ou que queira servir aos objetivos da política partidária.

- Reformulação radical da estrutura orgânica do MRE e das redes de Missões diplomáticas e Repartições consulares;

- Implementação urgente de todas as mudanças necessárias para restaurar a racionalidade da composição dos quadros de pessoal do Itamaraty, bem como para isentar os processos de progressão funcional e de movimentação de interferências estranhas ao MRE;

- Reciclagem do pessoal dos quadros do Itamaraty, visando a restabelecer sua competência profissional, incluindo a percepção correta de que os diplomatas servem ao Estado-Nação e não a qualquer governo de turno;

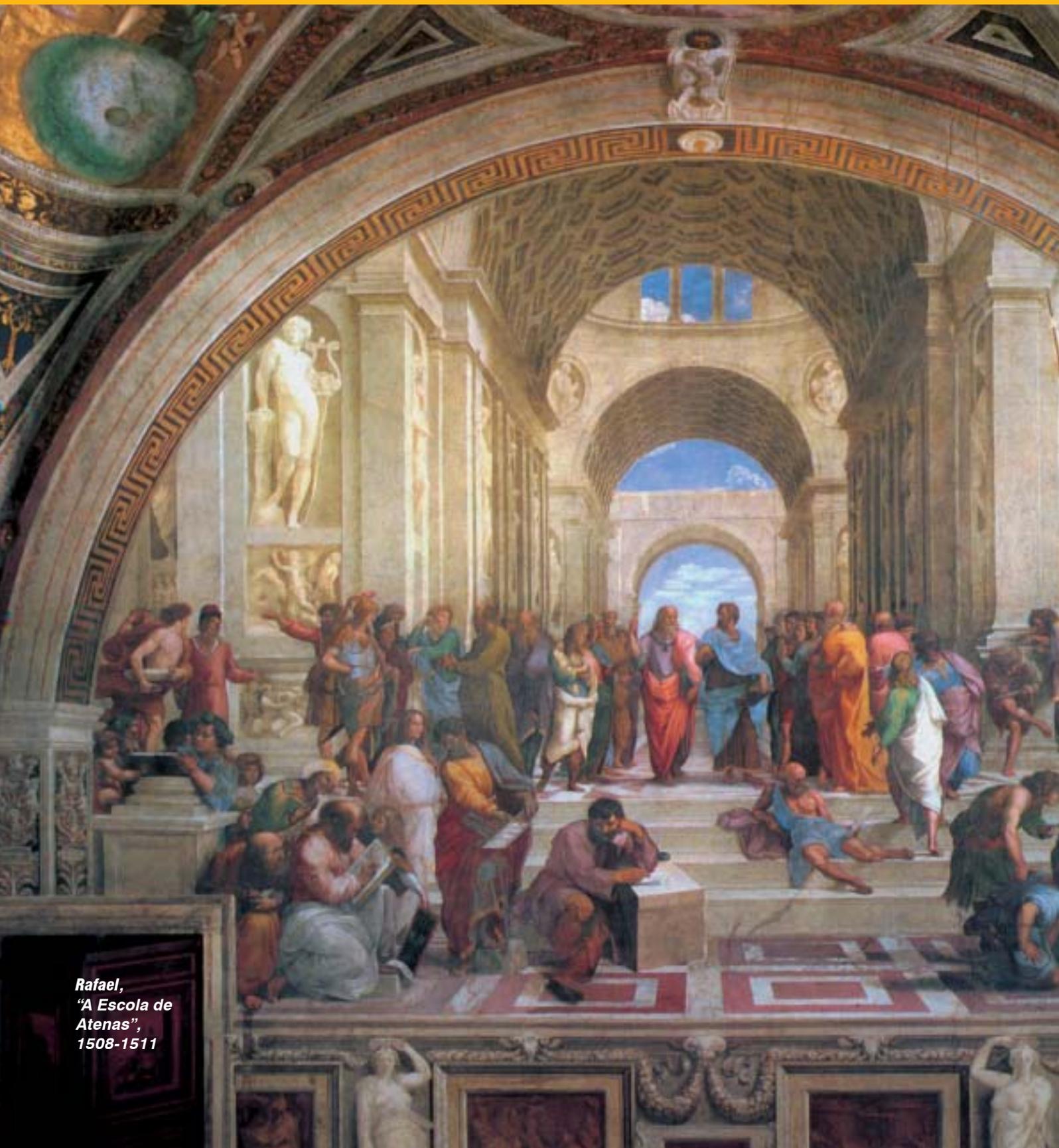
- Revisão, exclusivamente à luz dos legítimos interesses nacionais, de todos os arranjos, acordos e entendimentos relacionados com o Campo Externo.

Só assim voltaremos a ser dignos do legado de Rio Branco ■

Reis Friede

Desembargador Federal e Professor Adjunto da Faculdade de Direito/UFRJ, é Mestre e Doutor em Direito e Autor, dentre outras, da obra "Curso de Ciência Política e de T.G.E.: Teoria Constitucional e Relações Internacionais", Forense Universitária

Democracia e



Rafael,
"A Escola de
Atenas",
1508-1511

Regime Democrático



Recentemente, alguns autores têm manifestado a idéia de que a **democracia** e o chamado **regime democrático** – em sua tradução **material** (derivada, por seu turno, da necessária associação entre os **Estados de legitimidade** e **de legalidade**) – constituem-se, na qualidade de conceitos elementares da Ciência Política, muito mais em uma **resultante estrutural dialética**, relativamente a um **processo histórico-factual** de uma sociedade, de nítida feição político-ideológica, do que, propriamente, em um **modelo concepcional** de **regime político** que poderia, em tese, ser implantado, aleatoriamente, conforme **desejo formal**, de algum modo, manifestado por um **povo** ou – o que é mais comum – por uma **classe** ou **grupo governante**.

Assim, a **liberdade individual**, na qualidade de um dos pilares do **regime democrático**, por exemplo, estaria, neste diapasão analítico, muito mais associada ao **grau de maturidade sócio-política** (nível de conscientização popular) de uma **coletividade organizada** e, portanto, do patamar de **civilização** obtido por uma **sociedade** em seu desenvolvimento histórico-político, do que condicionada à simples vontade manifestada por qualquer meio formal, de índole político-jurídica (v. g. assembléia nacional constituinte), de implantação (artificial) de uma **Democracia**.

Em outras palavras, segundo esta nova orientação doutrinária, simplesmente não seria viável a implantação (por simples vontade manifesta) do denominado (e almejado) **regime democrático**, com todas as suas inerentes conseqüências, em **Estados**, cujos cidadãos ainda não atingiram as condições mínimas de convivência ética e moral, até porque, comprovadamente, não é possível **ultrapassar**, por simples manifestação unilateral de vontade, **estágios naturais de desenvolvimento** e, igual-

mente, **suprimir pressupostos básicos** de **amadurecimento social** que, necessariamente, envolvem, não somente um processo educacional complexo e verdadeiramente eficiente, mas também fatores históricos genuinamente revolucionários em sua acepção mais ampla.

(Neste sentido, **TOM DWYER**, conhecido sociólogo neozelandês radicado no Brasil (“O Globo”, de 4 de setembro de 2005, p. 39), salienta, com mérito propriedade, que a **pobreza** ou mesmo as **desigualdades sociais** não são, por si só, suficientes para explicar o fenômeno da **violência** e da **desordem urbana** em momentânea ausência (ou impotência) do **Estado** citado, exemplificativamente, por um lado, o comportamento exemplar dos cidadãos norte-americanos residentes em Nova York, durante o apagão de 1965, ou dos países asiáticos atingidos pela tsunami de 2004, em contraposição crítica, por outro, à situação caótica no Iraque (supostamente democratizado) de 2005, ou ao permanente clima de pré-guerra civil existente no Rio de Janeiro, notadamente nos últimos dois anos, ou mesmo a degradação social observada nos três estados mais atrasados dos EUA (Mississippi, Louisiana e Alabama), durante a devastação do furacão Katrina, em 2005, buscando, por fim, demonstrar onde efetivamente se encontra a **parte civilizada** da população mundial).

Destarte, é forçoso concluir – no estrito contexto desta linha de pensamento – que todos os **países** que, hoje, podem ser, inequivocamente, reputados **Estados democráticos de direito** – realizando todos os atributos e características inerentes às **democracias materiais** (substantivas), bem como usufruindo a plenitude do **Estado constitucional**, associativo dos paradigmas da **legitimidade** e da **legalidade** – passaram, em algum momento histórico, por algum **processo político estrutural** de gran-

de envergadura (revolucionário, em alguma medida) que permitiu, em última instância, a institucionalização da verdadeira **Democracia** e do correspondente **regime democrático material**.

Sob este prisma analítico, a **Inglaterra** (Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte) e a **França** (em função, respectivamente, da **Revolução Gloriosa** (1666-1689) e da **Revolução Francesa** (1789-1799), que transformaram, em última análise, a concepção estrutural da **soberania** originariamente **teocrática**, em **democrática**) seriam, hoje, **democracias consolidadas**, da mesma forma que os **EUA**, em decorrência da **guerra civil americana** (1861/1865), a **Alemanha** e a **Itália** (em função do nazismo – 1933-1945 e do fascismo – 1919-1943), e a **Espanha** e **Portugal** (respectivamente, em consequência dos **períodos de Franco** – 1939-1975 e de **Salazar** – 1932-1974).

(É oportuno registrar que a plenitude do atual **regime democrático** alemão, a exemplo de todos os demais casos citados, não foi imediatamente instaurada após o fim do **regime nazista**, em 1945, muito embora tenha sido consequência direta do nível de conscientização popular auferido por meio do reconhecimento das barbáries, direta ou indiretamente, pelo povo alemão).

Ao contrário, a **Democracia** foi lentamente conquistada e, especialmente, consolidada, nos anos posteriores ao pós-guerra, até atingir a situação de relativa plenitude nos anos 70.

Nos chamados **países periféricos** e em todos os demais **Estados** que, por razões políticas e históricas, não experimentaram **processo semelhante** (limitando-se apenas a copiar – por vontade própria ou por imposição estrangeira – modelos democráticos estabelecidos), ao reverso, a **Democracia** e o **regime democrático** têm-se traduzido, destarte, em uma **forma de organização política** fundada, restritivamente, não só em **aparentes liberdades** (situação em que a **normatividade jurídica**

não possui plena efetividade), mas, especialmente, em verdadeiros **“feudos”** da era contemporânea, em que o **populismo assistencial** (e o correspondente **“controle indireto das massas”**) é a principal tônica governamental (caracterizando o que se convencionou designar por **“democracias formais ou aparentes”**).

(É o caso de, praticamente, todos os países da **América Latina** na atualidade, com ênfase no emblemático exemplo da **Venezuela** de HUGO CHAVEZ. Segundo longa e detalhada análise realizada por **DIOGO SCHELP** (“Veja”, de 14 de dezembro de 2005, p. 156 e seguintes), antes da era **CHAVEZ**, o país era controlado por dois partidos da elite venezuelana que, por décadas, se restringiram a criar uma estrutura estatal perdulária, ineficiente e, sobretudo, corrupta. Em 1999, eleito por regras reputadas democráticas, **CHAVEZ** assumiu a Presidência da República, alterou a Constituição e, com o vertiginoso aumento dos preços internacionais do petróleo, transformou a **PDVSA** (e os lucros com a venda do petróleo) em uma máquina de comprar apoio político **interno** (retirando US\$ 3,7 bilhões/ano para programas sociais, por exemplo) e **internacional** (vendendo, a preços subsidiados, óleo para diversos países latino-americanos), além de estruturar uma milícia armada com aproximadamente 100.000 homens.)

Não obstante as estatísticas de 2005, a classe média encolheu 57%, o número de pobres aumentou 25%, o desemprego cresceu de 11% para 16%, metade das indústrias fechou, os empregos informais aumentaram 45%, a inflação subiu de 11% para 17% ao ano, o investimento estrangeiro caiu pela metade e a dívida pública dobrou. **CHAVEZ**, neste mesmo ano, contava ter o incontestado apoio de metade dos venezuelanos (a parcela mais pobre, cativada por meio de políticas assistencialistas), além de ter consolidado o seu poder por meio de **plebiscitos**, em que obteve ampla maioria. Nas eleições legislativas de 2005, obteve vitória esmagadora (graças ao boi-

cote das oposições) e, paradoxalmente, apesar de defender a **democracia participativa** em detrimento da **democracia representativa**, não se preocupou em explicar a pífia participação de apenas 25% do eleitorado nesse pleito. Descobriu-se, também, que **CHAVEZ**, mediante o emprego de máquinas de identificação digital, conseguiu catalogar a orientação político-eleitoral de 12 milhões de eleitores, durante o referendo de 2004, criando uma listagem batizada de **“Maisanta”**, com informações que privilegiam os aliados em detrimento dos adversários, em todos os níveis (obtenção de empregos públicos, emissão de passaportes, acesso a auxílios sociais etc.). Além de tudo isso, há um quase controle absoluto do **Estado** venezuelano pelo governo formalmente democrático de **CHAVEZ**: o Ministério Público é encarregado de processar os adversários sob acusação de **“traição à pátria”**; 80% dos magistrados têm contratos temporários (muitos de apenas três meses) que não são renovados, caso julguem de forma contrária aos interesses governamentais; os nomes de mais de 20.000 trabalhadores da **PDVSA** (a estatal petrolífera venezuelana), demitidos depois de uma greve contra **CHAVEZ**, estão registrados em uma **“lista negra”**, proibidos de trabalhar em qualquer órgão público ou na iniciativa privada (sob pena de represálias fiscais do governo); empresários que se envolvam em atividades políticas de oposição são submetidos a uma devassa fiscal, entre outras incontáveis e semelhantes iniciativas.

O uso da **pseudodemocracia** para destruir a denominada **Democracia** formal, resta assinalar, neste contexto, não é original, como bem salienta **DIOGO SCHELP**. **ADOLF HITLER** era líder de uma bancada parlamentar eleita com 33% dos votos, quando foi democraticamente escolhido **chanceler da Alemanha**. Um ano depois, ele acumulou o posto de **presidente**, deixado vago pela morte do Marechal **HINDENBURG**, obtendo para isso a comprovada incontestado aprovação dos alemães

em **plebiscito**. Nos anos seguintes, fechou sindicatos, suprimiu a liberdade de imprensa e, gradativamente, eliminou os demais partidos.

Tanto na **Venezuela** dos dias atuais, como na **Alemanha** do passado, tudo isto somente é ou foi possível em função das **frágeis estruturas institucionais** e do **baixo grau de maturidade política** inerentes à chamada **Democracia formal ou aparente** lá existentes. Tanto é verdade, que o país mais estável da **América Latina** atual, ou seja, o Chile (onde é impensável uma aventura política **chavista**), louva-se, curiosamente, de também ter experimentado a ditadura mais longa e rígida do continente, ou seja, o Governo **PINOCHET** (ou sua interferência direta de 1973 a 1997), criando, em alguma medida (ao menos comparativa), parte das pré-condições para o estabelecimento de uma **Democracia** – relativamente mais substantiva do que suas congêneres latino-americanas.

Também, cumpre assinalar, em necessária adição conclusiva, que, paradoxalmente, alguns governantes democraticamente eleitos, no âmbito destes regimes meramente **formalistas**, foram, durante o transcurso político de suas respectivas existências, afastados por movimentos populares, durante a plena vigência de seus mandatos, sem qualquer respeito à normatividade constitucional e aos procedimentos legais expressamente previstos, no âmbito de seus correspondentes constitucionalismos (v. g. os Governos **DE LA RUA/Argentina** – 1999-2001 e **GUTIÉRREZ/Equador** – 2002-2005).

Oportuno acrescentar que, por razões **ideológicas**, também resta impossível (ou, ao menos, improvável) a instauração de autênticos **Estados democráticos de direito (democracias materiais plenas)** em países cuja concepção estrutural de **soberania** não seja de efetiva orientação **democrática** (“*todo poder emana do povo e em seu nome é exercido*”) e sim **teocrática** (“*todo poder emana de Deus e em seu nome é exercido*”), como é o caso típico dos di-

versos **Estados** que abrigam **Nações** muçulmanas das mais variadas e diferentes orientações (**xiitas, sunitas** etc.).

Exatamente por isto, a veemente crítica à ingênua e fracassada tentativa estadunidense de impor ao secular Iraque (curdo, xiita e sunita), em um tempo extremamente reduzido e sem qualquer fato revolucionário ou de natureza assemelhada, um **regime democrático** fundado em uma **concepção estrutural de soberania** completamente diversa (e ininteligível para a cultura milenar iraquiana) da enraizada **ideologia teocrática** inerente ao mundo muçulmano.

Aliás, lição, lamentavelmente, não aprendida, mesmo após o desastroso episódio concernente à anterior tentativa de democratização do **Irã** (Pérsia), em 1979, realizada por meio da igualmente desastrosa “**política de direitos humanos**” empreendida pelo Governo **JIMMY CARTER** (1976-1980), que acabou por permitir, de forma, descontrolada, a derrubada do regime do Xá **REZA PAHLEVI** (1953-1979) e a sua indesejável (porém, previsível à época) substituição pela **teocracia totalitária islâmica** dos **Aiatolás Khomeini** (1979-1989) e **Khamenei** (a partir de 1989).

Não é por outro motivo que, historicamente (especialmente no período pós-guerra), a política norte-americana para o **sul da Ásia** e para o **Oriente Médio** tem-se pausado, não só pela **implantação**, mas, sobretudo, pela **manutenção** (mediante sólido apoio político, econômico e militar) de **regimes de força pró-ocidentais** que permitam, não só evitar os riscos inerentes à implantação descontrolada e generalizada do **totalitarismo islâmico**, mas, igualmente, manter um relativo controle sobre uma região extremamente importante, sob o ponto de vista geopolítico.

Ainda assim, é fonte de permanente preocupação, por parte dos principais estrategistas da comunidade político-militar estadunidense, as constantes **bravatas** declaradas, particularmente, pelo Governo **GEORGE W. BUSH**, quanto à existência

de projetos (ou, no mínimo, instruções) para a implantação de regimes democráticos em países que gozam de relativa estabilidade política, como o **Egito**, a **Arábia Saudita** e o **Paquistão** (este último, inclusive, detentor de armas nucleares).

Finalmente, resta consignar, em necessária síntese conclusiva, que, por motivos não propriamente **ideológicos** (uma vez que a concepção estrutural de **soberania**, na hipótese vertente, também é, a exemplo dos regimes ocidentais de **indole democrática**, somada ao fato igualmente relevante de que os ideais **comunistas** já foram há muito sepultados), mas, ao reverso, de **natureza essencialmente pragmático-conjuntural**, a implantação (pelo menos a curto e médio prazos) de genuínos **Estados democráticos de direito** em países centrais, ex-protagonistas do período histórico conhecido por **Guerra Fria**, como a **Rússia** (antiga URSS) e a **China**, da mesma forma se apresenta pouco provável, sendo muito mais plausível, em virtual contraposição, que os mesmos venham a desenvolver inexoráveis formas peculiares de **Democracia formal**, intenção esta – vale frisar – já incisivamente manifesta por **VLADIMIR PUTIN**, quando, expressamente, pontuou, em discurso para a Comunidade Internacional, por ocasião do atentado terrorista em **Beslam** (2004), que a **Rússia** “*não se curvará à pressão internacional para copiar modelos democráticos estrangeiros (não adaptáveis à realidade russa), até porque desenvolve solução democrática própria*”.

Nestes países, cumpre assinalar – não obstante o longo período de **totalitarismo radical** experimentado – o regime anterior não foi propriamente “**derrubado**” (de forma diversa do **nazismo** na Alemanha, do **fascismo** na Itália, do **franquismo** na Espanha etc.), não permitindo forjar a mesma experiência estruturante e, conseqüentemente, conquistar os mesmos **resultados** viabilizados, em última análise, no que concerne à instauração do (supostamente almejado) **regime democrático material** ■



A MODERNA DEMOCRACIA

*Maj- Brig.-do-Ar Ref.
Umberto de Campos
Carvalho Netto*



Escultura, Campo de Pouso - Araken

O estudo da evolução histórica da Democracia mostra-nos que ela se foi desenvolvendo por meio de um longo processo de sedimentação durante séculos, com maior intensidade no século XIX, chegando até aos dias de hoje com uma série de componentes que a caracterizam e são o resultado da incansável luta do ser humano pela liberdade e pela justiça.

No entanto, não se deve esperar que exista uma fórmula transformadora definitiva da Democracia em um produto acabado.

Muito pelo contrário. Há, dentro do fenômeno democrático, uma razoável quantidade de variáveis com diferentes soluções, de acordo com o Estado que o pratique, razão pela qual não se pode afirmar que existam dois Estados democráticos rigorosamente iguais. Fatores históricos, culturais, econômicos, geopolíticos e mesmo religiosos fazem as diferenças, ainda que, no essencial, sejam todos democráticos.

Os Mecanismos Democráticos Modernos

Existe uma farta gama de princípios, conceitos, direitos e liberdades que, se não adotados plenamente pelos vários Estados pretensamente democráticos, pelo menos servem de bússola para orientar a sociedade no sentido da cidadania.

Alguns desses princípios são definitivos, espécies de “*cláusulas pétreas*” do ideário democrático. Tais são os chamados direitos fundamentais do homem: à vida, à liberdade e à propriedade. Entre eles, pode-se incluir o moderno conceito de direitos humanos, embora ainda um tanto vago e não bem definido, sujeito a interpretações, portanto, mas que, cada vez mais, se firma como elemento essencial da Democracia.

É indiscutível que como princípio “*sine qua non*” da Democracia moderna, está o da Universalidade. Eis aí algo que pode diferir de um Estado para outro. É evidente que, quando se fala em Sufrágio Universal, não se está pensando em termos absolutos, o que seria impraticável por algumas razões óbvias que impedem a população total de participar de eleições, como, por exemplo, a necessidade de se estabelecer uma idade mínima para o eleitor, além de outras. A História mostra que, nesse particular, as conquistas foram lentas, mas persistentes. Basta que observemos, à guisa

de exemplo, o considerável período de vinte e seis anos que mediou entre a adoção do voto feminino na Inglaterra (o primeiro país a fazê-lo, em 1919) e a França (1945). Outra limitação ainda não superada em alguns países é a questão do voto do analfabeto. De qualquer maneira, o que existe hoje nos países democráticos está muito distante, em termos de igualdade política, do voto censitário comum nos Estados que adotavam o liberalismo, que afastavam a grande massa dos cidadãos das decisões eleitorais.

Também importante, no arcabouço do ideário moderno, é a aceitação do pluralismo político/ideológico, fazendo com que convivam no seio da sociedade uma quantidade variável de correntes de pensamento, com a conseqüente necessidade de convivência harmônica de maiorais e minorias, sem o alijamento destas que, nos regimes representativos, sempre terão vez e se farão ouvir, graças a sistemas eleitorais idealizados com tal fim, para compor os legislativos em todos os níveis.

Como decorrência, surge o pluripartidarismo, com os partidos políticos, outrora abominados, e até mesmo tendo de funcionar na clandestinidade em alguns países, hoje geralmente aceitos como essenciais para o funcionamento da Democracia e como catalisadores de diferentes correntes de pensamento político.

Mencionem-se, ainda, as chamadas liberdades, destacando-se:

- A liberdade de imprensa, com variadas limitações de acordo com a regulamentação legal de cada país;

- A liberdade de expressão, associada, mas não exclusivamente, à de imprensa, concedida geralmente de modo a não torná-la abusiva, incorrendo em ofensa a instituições, símbolos ou outras manifestações da sociedade que devem ser preservados, bem como à moral e à dignidade de terceiros;

- A liberdade de culto, com vários graus de amplitude, de acordo com o país e sua tradição religiosa;

- A liberdade de associação, desde que com objetivos ostensivos, bem definidos e sem incorrer em ilícito de qualquer natureza;

- A liberdade de reunião, desde que pacífica.

Mas a evolução da Democracia não pára, sempre e principalmente, enfocando a maior participação dos cidadãos nas decisões do governo, visan-

do ao bem-comum, objetivo síntese do Estado.

Além da eleição e da participação formal direta (plebiscito, referendo etc.), novos mecanismos vão surgindo, até mesmo em função de desenvolvimentos tecnológicos, permitindo que, cada vez mais, os cidadãos possam ser ouvidos e possam ser aferidas suas vontades, no que se poderia chamar uma autêntica evolução no sentido da Democracia Direta. Nesse particular, podemos citar:

- Novas formas de organização da sociedade além dos partidos políticos, como por exemplo as ONG (Organizações não Governamentais), que abrem novos canais de atuação e ressonância das posições do povo em relação aos assuntos de interesse público;

- Novos métodos de auscultação da opinião pública, por meio das, hoje, tão comuns e freqüentes pesquisas de opinião, que permitem aos governantes tomar ou deixar de tomar determinadas medidas detectando reações favoráveis ou não da sociedade, assim como aquilatar, sempre que desejável, os índices de popularidade do governo, a credibilidade das instituições etc. Na realidade, não seria exagero considerarem-se estas pesquisas como uma moderna forma de referendo ou plebiscito;

- Novos veículos de manifestação da sociedade, especialmente explorando os recursos da Internet, dando um novo significado à liberdade de expressão, pois o cidadão dispõe, agora, de um meio virtual muito mais dinâmico e acessível a ele, dotado de notável poder de capilaridade, permitindo a troca de idéias e sua disseminação rapidamente e de maneira sempre crescente;

- Aperfeiçoados veículos de comunicação de massa, especialmente a televisão com todos os seus modernos recursos, proporcionando ao povo a oportunidade de aperfeiçoar sua consciência política, podendo, até mesmo, assistir, em tempo

real, ao desenrolar de importantes eventos políticos, entre outros, que outrora só lhe chegariam ao conhecimento de maneira limitada, às vezes por meio de uma transmissão radiofônica ou no dia seguinte, por uma notícia de jornal.

Todas essas novas formas de exercício da cidadania, no entanto, são inovações recentes, algumas delas ainda, pode-se dizer, em caráter experimental, já que o seu potencial ainda não foi devidamente explorado e os benefícios devidamente aquilutados. Por isso mesmo, sobram razões para que cuidados sejam tomados com o intuito de evitar abusos ou distorções, possivelmente por meio de regulamentações que não cheguem ao exagero de cercear o seu uso. No caso das ONG's, por exemplo, é importante que haja absoluta transparência no que diz respeito aos seus objetivos e às suas atividades em geral, bem como quanto às fontes de recursos que as mantêm. No tocante às pesquisas de opinião, o cuidado é óbvio: impedir a manipulação de dados e o uso de técnicas para distorcê-los. Quanto à correspondência eletrônica, sem dúvida, é urgente a busca de formas de controle para evitar abusos que já se manifestam.

Se observarmos a secular trajetória da Democracia, desde os seus primórdios, entre os gregos, veremos que, da simples participação em praça pública por meio de votações, as conquistas foram avolumando-se e, hoje, o voto para a eleição de representantes, importante sem dúvida, é, pode-se dizer, apenas mais um entre os muitos meios de manifestação popular, que é a essência democrática.

Eis uma particularidade que não pode ser olvidada: a forma democrática de governo não é imposta à sociedade, mas é implantada por ela, por meio de um pacto formalizado em uma Constituição elaborada pelo povo por meio de representantes eleitos e que serve de base para o arcabouço jurídico próprio do Estado de direito.

Portanto, compete a esse mesmo povo zelar pelo seu bom funcionamento, participando efetivamente. Para isso, além da vontade, deve o povo desfrutar de muitos fatores que aumentem a sua consciência cívica, entre eles uma educação de qualidade – fator primordial para que, cada vez mais, fique cômico da sua importância e do dever de lutar pela plena efetividade do regime que espontaneamente adotou ■

O real valor das coisas

Renato Paiva Lamounier
Cel.-Av. R1

Acabamos de assistir, com o término da missão ao espaço pelo Ten.-Cel. Marcos Pontes, às mais diversas manifestações por parte da sociedade. Manifestações estas que já vinham ocorrendo muito antes e, lamentavelmente, algumas delas bem refletem o grau de despreço do brasileiro pelas boas coisas do seu País, as quais, felizmente, não são poucas. Um exemplo, aliás um mau exemplo disso, além das incoerentes declarações do Presidente da SBPC, foi uma entrevista, pelo rádio, em que o Sr. Carlos Heitor Cony e um outro escritor de igual renome teciam duras e infundadas críticas ao nosso primeiro astronauta. A ele se referiam como não o fariam a um marginal, inimigo manifesto e mafeitor da sociedade (como os parlamentares delinqüentes e réus confessos, absolvidos em plenário pelos seus colegas de igual caráter).

Passada a emoção inicial é hora de refletir sobre o real significado, não só desta realização como, sobretudo, de outras tantas de igual ou maior importância para a construção de nossa nacionalidade. Essa reflexão tem, como propósito, um registro para o futuro entendimento das razões que terão levado o Brasil a ocupar, ou não, o lugar para o qual suas potencialidades mais do que o habilitam. A Imprensa, além do seu papel de informar e, também, de formar opinião, é o repositório, através dos tempos e em todos os lugares, dos fatos e das circunstâncias de fundamental importância para os pesquisadores interessados nas verdadeiras causas do sucesso, ou do fracasso, de diferentes países. Esta, pois, a razão de oferecer esta matéria para publicação.

Na mencionada entrevista, o Sr. Cony dizia que “já enviaram uma cadela e um macaco ao espaço, agora estarão enviando um brasileiro”. Mais do que indignação, senti imensa tristeza com este comentário, não só pelo seu baixo nível, como pela insensatez e pela ignorância de um

homem considerado como intelectual e que, com estas palavras revela, numa atitude pública e em flagrante contradição com sua enorme e apreciada obra literária, toda a pequenez da sua mente. Sem falar na injustiça para com uma pessoa que, mais do que nosso semelhante, revela-se muito superior à imensa maioria dos habitantes deste planeta e, em especial, do Brasil, onde há tanta carência de valores, principalmente no campo científico.

Acontece, Sr. Cony, que este brasileiro “*que foi de carona*” à Estação Espacial Internacional é um compatriota de enorme valor. Oriundo de uma família modesta do interior de São Paulo (o pai e a mãe, ambos funcionários públicos, foram, além disto, grandes educadores e forjadores de caráter ao legar ao País a família que muito bem constituíram), começou a trabalhar aos 14 anos, estudou em escolas públicas e, mediante concorrido concurso público, nelas se incluem a Academia da Força Aérea e o Instituto Tecnológico da Aeronáutica.

Oficial Aviador de carreira, Engenheiro Aeronáutico, Piloto de Ensaio e Mestre em Engenharia de Sistemas (o senhor saberia avaliar o que significa tudo isto, em termos de valor pessoal, de esforço e sacrifício, a par de um elevado quociente de inteligência dedicado a uma vida de permanente estudo e preparação?), afianço-lhe, sem depreciar o seu admirável mister, que não tem a mínima comparação com a confortável e contemplativa postura do romancista no seu sonho ficcional. Além do mais, diferentemente do senhor e, apesar do alto risco e do grave desgaste à saúde, não terá, e tampouco pretende ter, indenização milionária e polpuda aposentadoria. Mais do que merecer respeito, ele, o povo brasileiro, que custeou toda a sua formação e, em especial, aqueles envolvidos diretamente no seu preparo, têm direito a um trata-



mento isento de recalques e frustrações típicos dos que, como o senhor, turvados pelo sono do irreal, senão pela inveja, não são capazes de enxergar a grandeza desse feito. Tal grandeza não se mede pela individualidade, mas pelo senso coletivo dos que vêem no Marcos Pontes a sua própria realização, com o orgulho de que, assim como o Brasil foi capaz de produzir um profissional desse quilate é, também, capaz de produzir tantos outros em quantas



áreas do conhecimento humano se fizerem necessárias.

Marcos Pontes foi selecionado pela Agência Espacial Brasileira, um órgão civil da Presidência da República, para, junto com segmentos da nossa indústria de ponta, ser o representante do Brasil no mega projeto multinacional da Estação Espacial Internacional. A capacitação e o prestígio daí advindos o farão um interlocutor conhecido e reconhecido mundialmente, apto a defender os interesses nacionais, interna e externamente, pois, embora o universo seja infinito, o mesmo não ocorre com o espaço circundante à Terra, onde as fatias destinadas aos satélites artificiais encontram-se, já, à beira da saturação. Quem não for capaz de ocupar, hoje, o seu “pedaço”, não mais o poderá fazer, quando, e se, um dia, tardiamente, estiver apto para tal. Estamos atrasados e, mais atrasados ainda se forem levados em consideração os avanços tecnológicos já alcançados pelo Brasil e prestes a se perderem pela falta de apoio governamental (devido à ausência de visão política e estratégica e, não de recursos financeiros). Ademais, a nossa privilegiada posição geográfica, favorecendo os lançamentos, fará desta atividade mais que um ato de soberania, pois, além disso, representará um empreendimento de alto interesse econômico pelos serviços a serem vantajosamente ofertados à comunidade internacional e pela geração de um sem-número de atividades subsidiárias. Um esclarecimento ao leigo: é exatamente por esse motivo que a França, com o seu Projeto Ariane, construiu um centro de lançamento em Kouru, na Guiana Francesa. O recente episódio da pretendida cessão da Base de Lançamento de Alcântara bem demonstra a exatidão dessa assertiva, ou seja: por que deixar que outros façam, no nosso território, aquilo que nós mesmos podemos fazer e em nosso benefício? E, falando em aspectos econômico-financeiros, é importante mencionar que o custo da “passagem” (como assim insistem em mencionar os críticos sem conhecimento) do astronauta brasileiro representa apenas 0,7% do dinheiro “movimentado” (um eufemismo para roubado) pelos escândalos ora sob investigação das CPI’s. Se, além destes, levarmos em conta apenas os últimos grandes escândalos de corrupção comprovada, teríamos dinheiro mais do que suficiente para completar o Programa Espacial Brasileiro e muitos outros de grande e real interesse nacional.

Não só economicamente, mas, também, social e cientificamente, a Missão Espacial Completa Brasileira representa um programa muito além dos seus objetivos imediatos, quais sejam os de desenvolver, projetar e construir um Veículo Lançador de Satélites e os próprios satélites para diferentes fins, lançados a partir de um com-



plexo aeroespacial igualmente desenvolvido, projetado, construído e operado por brasileiros com tecnologia nacional. O alcance e o domínio de todos esses ciclos são a fase inicial e basilar para vôos maiores onde, sem dúvida, a competência, a experiência, o preparo, a simpatia e a simplicidade (estes dois últimos como características dos homens verdadeiramente grandes e conscientes de seus valores e responsabilidades) do Coronel Marcos Pontes terão um papel decisivo para que tripulantes brasileiros conduzam naves espaciais brasileiras num projeto autônomo sem, contudo, desprezar a cooperação técnica internacional, somando esforços, como o fazem russos, americanos e europeus. Hoje, o nosso primeiro astronauta não foi de carona (como assim deseja retratá-lo quem se compraz em denegrir sem fundamento, em vez de louvar o mérito), na nave russa Soyuz. Como integrante de uma equipe, ele está tecnicamente pronto para o treinamento que o capacita às diferentes funções de uma tripulação e, se houver tempo e oportunidade para tal, ele bem saberá o que e como fazer para que outros sigam os seus passos, como nós, os aviadores de hoje, seguimos as pegadas que Santos-Dumont e outros pioneiros deixaram nos céus de todo o mundo.

Fazendo parte de um Programa Espacial Brasileiro, como seu dirigente ou conselheiro, não importa, nele, o título ou cargo do Dr. Pontes, o importante é que, sob esta nova era por ele inaugurada, aquele se constitua num projeto-locomotiva, assim chamado como o são as empreitadas capazes de gerar excelência multidisciplinar e impulsionar a pesquisa e o desenvolvimento, como bases de um progresso auto-alimentado pela indústria e pela demanda projetadas além de um pólo regional. A visão política e a estratégica de Casimiro Montenegro criaram as bases para o complexo industrial-científico-tecnológico da região de São José dos Campos, hoje ampliado para a de Gavião Peixoto, em face da necessidade de expansão da EMBRAER. A propósito, a qualidade aeroespacial exigida em tudo o que se refere à conquista do espaço repetirá o salto tecnológico proporcionado pela qualidade aeronáutica quando, sucedendo à qualidade industrial, foram superadas as meras exigências mercadológicas voltadas, então, para o consumidor e passou a satisfazer os rígidos padrões de eficiência, segurança e produtividade deste patamar, onde, mais do que competitivo, há que ser à prova de erro. A sociedade brasileira e, principalmente, os que nela têm influência, precisa compreender que os programas sociais, ainda que importantes, justos e indispensáveis, não podem ser impedimento para aqueles outros capazes de levar o País a, um dia, não mais precisar humilhar seus filhos com assistência,

cuja pródiga generosidade mais avilta do que assiste e mais sufoca do que estimula o progresso social.

Aí estão os magníficos resultados de projetos-locomotivas como o foram, dentre tantos, o Instituto Oswaldo Cruz, o Correio Aéreo Militar (sucedido pelo CAN, a maior obra social já realizada no Brasil), a Companhia Siderúrgica Nacional, a Petrobrás, o Programa de Metas do Presidente Juscelino (este, aperfeiçoado do seu binômio “*Energia e Transporte*”, em Minas Gerais). Os projetos-locomotivas gerados pelos cérebros privilegiados e pela lucidez política e administrativa de Eugenio Gudín, Roberto Campos e Mario Simonsen levaram o Brasil da 58ª à 8ª economia do mundo e ao pleno emprego num espaço de menos de 20 anos (somos agora a 14ª, atrás da Coréia do Sul e do México que, na época, nem despontavam nesse cenário). Hoje temos projetos que podem ser as locomotivas do século XXI, entre eles o quase paralisado Programa Nuclear para Geração de Energia, o Programa do Submarino de Propulsão Nuclear, o Projeto Genoma e o vasto leque de pesquisas e conquistas da EMBRAPA. Relacioná-los todos, os do passado, os da atualidade e aqueles em gestação não é o objetivo em pauta. Ficam somente, como exemplo, a mostrar os males da descontinuidade e a inimaginável falta de uma Proposta Básica para Ações de Governo, no lugar de improvisações, cujo alcance nunca vai além das necessidades primárias do subdesenvolvimento mental.

Em suma e para terminar, pois extensa já se vai esta que pretendia ser apenas uma reflexão, o real valor das coisas está naquilo que transcende à mera percepção da mesquinha e do imediatismo, evitando o desperdício e, pior, a fuga para o exterior do maior patrimônio de uma nação que é a sua inteligência. Já nos basta ser, ironicamente, um exportador de capitais (via serviço da dívida externa, e da interna também com os Bancos estrangeiros). Basta-nos apenas cultivar a máxima do “*Valoriza a teus Pares que Valoriza a ti Mesmo*” e, assim, fugir do complexo de colônia, deste grilhão cultural a impedir, não o ufanismo episódico e pueril ou a xenofobia arcaica, mas a real dimensão do que pode e precisa ser feito ■



A Problemática Autoritária & a Sociedade na

Francisco Martins de Souza
Doutorando em Filosofia, Professor do IFCS-UFRJ

1. O autoritarismo no Brasil instala-se, precisamente, com o regime republicano. Nos fundamentos, é a prática autoritária que se caracteriza no presidencialismo da República Velha e o desdobramento desta consequência é a teorização plena por intelectuais que vivenciaram essa primeira República, para dilatar e reafirmar os desígnios do pensamento autoritário republicano.

2. As questões suscitadas para tal iniciativa partem, em primeiro lugar, da necessidade de afirmação rápida da jovem nação no contexto da Civilização Ocidental, com as contribuições sócio-econômicas e culturais e suas deficiências no âmbito de tal proposta.

3. Do modelo importado do Republicanismo Liberal, bem como do Positivismo (Carta Constitucional de 1891), resultou o rompimento com o modelo que se aperfeiçoava, o da tradição monárquica parlamentar. A falta de uma filosofia ou ideologia acabada imprime rumo diverso da tradição, tornando o novo regime político vítima da improvisação empírica e dos abalos catastróficos das revoluções, bem como da especulação internacional. O “*deixar passar*” do Liberalismo sem desenvolvimento estava gerando a competição diante das formas mal definidas da Economia e acelerando o empobrecimento social.

4. Surge o primeiro teórico para compor uma nova ordem nos princípios caóticos do Liberalismo republicano. É Alberto Torres (1866-1917), que busca, por meio de uma proposta revisionista da Constituição de 91, reformular a direção política e transpor, para o plano da teoria, a prática desorganizada da experiência dos primeiros republicanos. Início das idéias nacionalistas, reorganização da economia e da política como pressuposto para reorganização nacional.

5. O ideário de Alberto Torres desencadeia os sentimentos nacionalistas que se manifestam no Tenentismo e na Semana de Arte de 1922, em São Paulo. O sentido expresso pelos modernistas aponta para a captação da realidade brasileira, seja pela via analíti-

ca, seja pela sintética. O esquema modernista traz, de forma embrionária, solução no sentido ideológico dos modos de formação do conhecimento da realidade nacional. O intelectual de maior destaque no contexto modernista da Semana de Arte quanto à produção de idéias políticas foi, sem dúvida, Plínio Salgado (1895-1975), que se tornou o ideólogo de uma nova vertente autoritária do Pensamento Político Brasileiro – o Integralismo – com o intuito de solucionar o grande problema da integração cultural e sua projeção para o futuro.

6. Na esteira da modernização e de seu instrumento principal, o autoritarismo, surge outro ideólogo formado na prática do jornalismo e com formação sociológica – Azevedo Amaral (1881-1942), que de-





Atualidade Brasileira



envolve, de modo bastante claro, o conceito que estava sendo posto como solução para resolver o impasse Liberalismo-Comunismo, que é o Corporativismo. A solução para o enfraquecimento do Liberalismo, de um lado, e a prepotência totalitária comunista, de outro, seria dada no ponto intermediário, com o Estado autoritário-econômico, sendo que a economia organizada sob a influência estatal seguiria a teorização corporativista. Azevedo Amaral torna-se um dos maiores ideólogos, de grande importância para a implantação do Estado modernizador e que viveu parte da experiência do Estado Novo.

7. Para mudar a estrutura sócio-político-econômica seria necessária a reformulação dos métodos de ensino já arcaizados. Francisco Campos (1887-1968)

desenvolve a ideologia do Estado Nacional condutor. A modernização seria acelerada a partir da Reforma do Ensino em todos os níveis, da implantação da Universidade; da modernização da infra-estrutura das Escolas Industriais (o ensino industrial seria o primeiro dever do Estado para com os jovens de menor posse); da Constituição orgânica para implantação da Democracia orgânica pelo instrumento do Estado autoritário; da Economia corporativa; e de todas as demais reformas consubstanciadas no corpo da Carta de 37, da qual foi autor.

8. A organização do Trabalho e do Capital para a nova ordem, quanto à parte técnica, é obra do teórico Oliveira Viana (1883-1951), que reitera o papel do Estado condutor da sociedade ao verdadeiro esclareci-

Nicolas Poussin,
"A Continência de
Cipião", 1640,
óleo sobre tela,
114,5 x 163,5 cm

mento, como termo da passagem à Democracia autêntica, em que os direitos e deveres serão assumidos de forma plena. Teoriza para o Corporativismo grupalista, fornece ao Estado o instrumental jurídico necessário à implantação dos grandes conglomerados econômicos e de assistência social (os Institutos), todos de formação corporativa. A legislação do Trabalho, as Juntas de Conciliação, as Confederações de Indústrias e os Sindicatos são frutos da organização a que estes pensadores sociais se dedicaram e que se encontram em plena vigência. As idéias desenvolvidas por Oliveira Viana seguem o método utilizado por todos os ideólogos de sua geração, que é a compreensão da totalidade dos problemas mais prementes da realidade brasileira.

9. O autoritarismo, na atualidade, desenvolve novos conceitos, principalmente os que emanam da Doutrina da ESG, no sentido de capitalizar o que foi aproveitado dos pensadores precedentes, bem como verificar os modos de assegurar e desenvolver os benefícios sociais e econômicos já conquistados. Os conceitos são os de Segurança e Desenvolvimento.

10. Como vimos a partir desta exposição parcelada do autoritarismo brasileiro, que se nutriu de diversas vertentes promanadas dos ideólogos que se alçaram do seio da própria sociedade civil, e que se tornaram expoentes no pensamento político brasileiro, não tinham sido ainda devidamente reconhecidas suas influências na condução da prática política. Os ideólogos nunca foram devidamente citados pelos autores políticos; só recentemente, por iniciativa da Universidade de Brasília e da Câmara dos Deputados, parte significativa do conjunto das idéias do Pensamento Político Republicano foi, devidamente, avaliada e publicada, estando ao alcance de todos os interessados em pesquisas.

11. Diante da posição que tomaram esses intelectuais, ou seja, a orientação para o autoritarismo modernizador, perguntamos se deve o Estado ser posto como responsável por todo equilíbrio ou desequilíbrio social e econômico. Lançamos uma hipótese que pode ser reformulada conforme o debate a que tal idéia se expõe. A hipótese baseia-se nos fatos de nossa História Política recente, para não ir além do período republicano. É a de que a sociedade, por enquanto, mira-se não em si própria, mas nas iniciativas do Estado e, enquanto assim fizer, não está preparada para assumir seu papel pleno, sem interferência do Estado. O Estado democrático liberal caracteriza-se pelo Estado mínimo, e o que vemos é a sociedade exigir mais amparo da parte de um Estado que, cada vez

mais, se tornará forte pelo próprio exercício do poder científico, tecnológico e econômico que desenvolve.

12. Concluindo este roteiro, poderia apenas fazer pequena proposta para uma reflexão sobre a saída do autoritarismo. A saída não será mediante a mudança de partidos no poder ou de políticos com fórmulas mágicas, pois o Estado não está alicerçado em Partidos de última hora e, muito menos, em vontades individuais transitórias. O alicerce do Estado é sua própria História Política que está, por sua vez, embasada em doutrina que já deu frutos e, cada vez mais, a sociedade cobra de sua eficiência. Quando uma parte conquistada, a exemplo dos Institutos de Previdência, não funciona a contento, a organização dessa parte deve ser repensada. Deveriam os Institutos retomar a sua ordem inicial, conforme os interesses dos associados, por classes? Lembrar que os Institutos foram organizados para a defesa dos interesses comuns, tanto na Previdência, como na Produção e na Economia, conforme doutrina de Oliveira Viana.

A saída, então, só será possível, quando a sociedade estiver suficientemente amadurecida para assumir o seu papel, deixando ao Estado, apenas, a regência das leis, o Estado mínimo, e isso talvez seja possível no próximo milênio. Autoritária é a ideologia de todo o ordenamento do Estado e de sua função, que é a burocracia. Desmontar este arcabouço é tarefa para novos ideólogos ou filósofos que consigam ir além, com instrumental de idéias superiores às dos ideólogos das décadas de 20 e 30 que estão sendo revisitados. Não é tarefa para políticos do imediatismo partidário, estes navegam no fluxo autoritário e não têm muita importância no processo. Só uma grande reformulação no plano das idéias políticas poderá fazer surgir uma Nova Ordem com base nos novos princípios ■

* (Conferência realizada em 6 de novembro de 1984, no Seminário do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais do Colégio Sagrado Coração de Jesus, na Rua Ferreira de Almeida 42, no Alto da Boa Vista.)

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

Azevedo Amaral - O Estado Autoritário e a Realidade Nacional – Introdução de Bolivar Lamounier, Câmara dos Deputados, vol. 11, 1981.

Francisco Campos – O Estado Nacional e Outros Ensaios – Introdução de Francisco Martins de Souza, Câmara dos Deputados, vol. 20: 1983.

Oliveira Viana – Populações Meridionais do Brasil e Instituições Políticas Brasileiras – Introdução de Antônio Paim, Câmara dos Deputados, vol. 14, 1982.

Problemas de Direito Corporativo – Introdução de Alberto Venâncio Filho, Câmara dos Deputados, vol. 16, 1983.

Corrupção Sistêmica ou Endêmica?

E Outras Considerações

Jesse Ribeiro da Silva
Ten.-Cel. Dent. R1

Há algum tempo, esperávamos pelo pronunciamento de líderes militares quanto ao lamaçal em que se encontra a política brasileira. Assim é que lemos, com satisfação, o “PONTO LIMITE” do Ten.-Brig. Ivan Frota, em edição recente da *Revista aeronáutica*. Por haver acompanhado, de maneira participativa, os últimos anos da História Política, tendo, mesmo, tido a coragem de candidatar-se à Presidência da República, sem o apoio da mídia ou o suporte de grupos que, agora, vemos como atuam e o que buscam, tão logo seus representantes assumem o Poder. Evasivamente, declaram ser esta a regra predominante, há décadas, mas que, pela divulgação dos escândalos, prometem corrigir, com uma conveniente reforma política.

O Brigadeiro Frota tem toda a credibilidade para o embasamento dos conceitos e advertências contidos em suas assertivas, e deve ter em mente, parece-me, sugestões pragmáticas para a solução do problema.

Confesso-me surpreso com os índices divulgados nas pesquisas de opinião. Percebo terem as mesmas dúvidas as pessoas que, espontaneamente, externam suas inquietações nas filas de bancos ou dos supermercados, lugares que normalmente agregam representantes de todos os

estratos sociais. Declaram-se até mesmo saudosas da época dos governos militares, quando vivíamos com segurança e eram raros os episódios de escândalos. Quando os havia, eram logo punidos de maneira coercitiva e exemplar.

No caso das pesquisas, ou a metodologia deve ser aperfeiçoada, ou os parâmetros seletivos melhor aferidos, bem como a escolha dos segmentos populacionais. Pelo aparente paradoxo dos índices apresentados e o que ouvimos aleatoriamente das pessoas, podemos inferir que o povo não aceita mais ser enganado, assistindo ao ignominioso elenco de crimes graves e contínuos com a leniência ou mesmo com a participação direta ou paralela dos ATUAIS GOVERNANTES, convergindo todos esses fatos para o que só podemos conceituar como corrupção sistêmica.

A ONU afirma que o preço da corrupção é pobreza, subdesenvolvimento e sofrimento humano e que todos pagamos por isso. Temos todos, portanto, o dever de combatê-la. A tentativa de blindagem do Presidente já não é mais aceita. A propósito, a mídia divulgou, recentemente, a seguinte declaração de um influente senador “ou o Presidente é corrupto ou idiota”. Seriam inaceitáveis tais qualificações ao primeiro manda-

tário da nação, desconSIDERADOS seu “background” político, sindical, escolaridade etc., não fosse a sucessão de acontecimentos mal explicados a que assistimos todos os dias.

Vimos estarecidos, em função da importância da pasta que exercia, um de seus mais íntimos colaboradores, ao passar o cargo à sua sucessora, a ela referir-se como “*ex-camarada de armas*”. Qual é a leitura que faremos de tal “*elogio*”?

Aos mais jovens, urge lembrar que temos, hoje, muitos companheiros mutilados, socialmente alienados pelas limitações e seqüelas que as injúrias físicas lhes causaram, conseqüências diretas das ações insensatas desses ex-guerrilheiros e ex-exilados. Outros, vítimas desses mesmos “*heróis*”, não resistiram: e já nos deixaram...

Parte da população não entende a inoperância das nossas autoridades e das leis que, cada vez mais, estimulam a criminalidade, eis que os delinqüentes raramente são punidos com o rigor adequado. Dados oficiais afirmam que, no Brasil, de cada 100 homicídios, apenas cinco são investigados, e, desses, somente dois são punidos com pena prisional.

Repensando o Brasil dos últimos 30 anos, alguns aspectos atinentes à Política e à História de nosso País não

podem ser ignorados pela sociedade ou pelos pol3ticos (cultos ou semi-alfabetizados), a menos que desprezemos as eventuais conseqüências que advir3o, a continuar os desmandos que se v3em em alguns Poderes, sendo, mesmo, alarmante a complac3ncia ou a conviv3ncia das autoridades.

Particularmente, tenho sentido que as cartas que enviamos aos jornais, antes consideradas como parâmetro de avaliaç3o da opini3o dos leitores, hoje, quando publicadas, mutilam-nas, desde que o “*affair*” comprometa segmentos do Governo, ou firam susceptibilidades, mostrando algo que os pol3ticos n3o querem ver.

As Forças Armadas, sempre alertas, entendiam, como funç3o constitucional, tomar atitudes que, quando menos, inibissem a ousadia dos envolvidos, exigindo medidas en3rgicas. Talvez seja esta a explicaç3o para a imprensa insistir em subestim3-las, tentando mostrar a desnecessidade de seu preparo, seu reequipamento, e “*updating*” de suas equipagens, sob a falsa alegaç3o de economia. (A dotaç3o orçament3ria 3 inferior a 2% do PIB).

Ignoram-se, paradoxalmente, a extens3o de nossas fronteiras e o crescimento incontrolado do narcotr3fico, (j3 somos rota preferencial para outros continentes e t3m t3m cultura pr3pria para consumo interno). A viol3ncia, que j3 excedeu a capacidade das nossas pol3cias e 3 a maior ameaça de toda a sociedade, agigantando-se, tendo alguns governadores incompetentes se preocupado com estatísticas insustent3veis, relegando, a plano secund3rio, as provid3ncias eficazes que funcionaram em pa3ses s3rios.

Urge, ainda, lembrar que o Brasil, dentre as naç3es que tomam assento na ONU, est3 nos 3ltimos lugares, quanto a investimentos em FOR-

ÇAS ARMADAS E SEGURANÇ3 da populaç3o. O Poder Pol3tico vem, progressivamente, diria a prop3sito, tirando tudo o que pode dos militares, com a aquiesc3ncia de alguns chefes tempor3rios, deslumbrados com o relativo e ef3mero Poder (sem que sejamos consultados), ainda que agridam o princ3pio constitucional dos “*direitos adquiridos*”.

3 guisa de ilustraç3o sobre perdas de direitos, citaria, apenas, a gratificaç3o de compensaç3o org3nica, (provas a3reas, RX etc.), mesmo que representem problemas para a sa3de com o decorrer da vida e que geralmente se fazem sentir quando o militar j3 est3 na reserva, e o poder de influ3ncia 3 menor.

Da3, a necessidade de termos, nos clubes militares, um ve3culo de difus3o dessas queixas ou demandas, que exija dos atuais l3deres a defesa de nossos direitos, seguindo os exemplos legados por nossos antigos chefes, de inquestion3vel credibilidade, que sempre se conduziram com dignidade e firmeza.

A Hist3ria mostra que eles nunca se deixaram influenciar por pol3ticos oportunistas. Sempre que as circunst3ncias exigiram, tomaram as atitudes compat3veis com o momento, respondendo o “*cursor*” em seu devido lugar, sem buscar vantagens pessoais.

N3o podemos desconsiderar que os nossos vencimentos em final de carreira s3o muito inferiores aos de certas categorias de servidores civis, em in3cio (comparadas com a relev3ncia da funç3o e a responsabilidades do cargo).

A pergunta 3: nosso curr3culo 3 inferior? As funç3es que exercemos s3o t3o irrelevantes que n3o merecem equival3ncia, ou n3o temos um “*background*” consider3vel?

Para evoluirmos na carreira, s3o obrigat3rias as permanentes e cont3-

nuas reciclagens e avaliaç3es pertinentes.

Sabemos o rigor com que s3o programados todos os cursos, parametrizados com os equivalentes no primeiro mundo, eis que os interc3mbios permanentes com a JID e o CID assim estabelecem.

Ainda assim, a disponibilidade de vagas e acesso nem sempre 3 poss3vel a todos, o que representa a compulsoriedade 3 reserva de um significativo segmento do efetivo, 3 cata de oportunidades no mercado, enquanto a idade permite. Por outro lado, vemos setores privilegiados, mesmo que n3o apresentem resultados tang3veis que justifiquem sua hipertrofia dentro do sistema.

Por exemplo, a equipe econ3mica, dona absoluta da verdade no governo passado. Analisemos: em 500 anos de Hist3ria, t3nhamos uma d3vida interna de 60 bilh3es, os “*g3nios*” transformaram-na em 800 bi em apenas oito anos, mesmo privatizando tudo que puderam a preç3os question3veis, como, por exemplo, a CVRD.

Onde est3 a efici3ncia? Suas perspectivas anunciadas eram sempre postergadas ou tinham debitados os resultados negativos relativos a eventos que, nem sempre, nos diziam respeito ou, at3 mesmo, a evasivas descart3veis. Os projetos desenvolvidos pela 3rea militar, de import3ncia transcendental para o Pa3s, como o Projeto Sivam, sofreram a influ3ncia malf3lica de pol3ticos despreparados, estimulados pela corrupç3o, visando atender interesses esp3rios, em detrimento de sua import3ncia estrat3gica em uma regi3o de riquezas inestim3veis, alvo da potencial cobiça de todo o planeta.

Nossos ex-ministros, hoje Comandantes, foram alijados do primeiro escal3o do governo, n3o mais participando das decis3es governamen-

tais. Ao perderem “status”, infere-se que também fiquem desobrigados de concordar com medidas que, a seus juízos, lhes digam respeito, as que concernem aos seus Comandados.

Os militares, hoje, sequer são cogitados quando da substituição do Ministro da Defesa. É possível que, na ótica dos políticos de plantão, não tenham preparo adequado a tão importante cargo, ainda que tenham sido preparados em assuntos que visem à defesa, à soberania e

aos interesses estratégicos do País.

Temos assistido pelos canais de TV a cabo, os protagonistas do assunto que dominam a mídia, (no caso do Mensalão), apresentando-a às CPMI's com o respaldo de “*habeas corpus*” preventivos, exarados pelo STM, o que lhes permite mentir, omitir dados ou silenciar, quando as respostas poderiam incriminá-los, dificultando o trabalho dos parlamentares.

Os próximos depoentes, seguramente usufruirão do mesmo privilégio, o que tornará parcialmente inócua a tarefa das CPMI's.

Sem discutir ou desconsiderar o ordenamento jurídico em que e

gente dos juízes no mérito da questão em julgamento. A pergunta é: que interesse maior deveria ter o STM, que não o esclarecimento rápido desses crimes perpetrados contra a economia da Nação, com a punição exemplar dos culpados e a liberação do parlamento para a solução dos problemas que se acumulam em suas pautas, enfim...

Penso que a grande maioria dos brasileiros discorda do estágio em que está o comando do País e aguarda, com ansiedade, que atitudes sejam tomadas por quem de direito.

Cumpre-nos preencher o espaço conquistado por antigos camaradas, de saudosa memória, que, com sacrifícios até da própria vida, outorgaram à História capítulos de relevância maior e que jamais poderiam imaginar como as coisas evoluíram nos dias em que vivemos.

Demonstraram, sempre, bom senso e capacidade de discerni-



se baseou o STM, em tese, entendemos que, quando do estabelecimento das Leis, há o pressuposto de que, em sua aplicação, não se deva prescindir da acuidade cognitiva e do discernimento inteli-

mento, princípios pragmáticos e disciplina consciente, mas com coragem e intransigência, quando o *objetivo último* era o engrandecimento do País e o bem-estar de nosso povo. Entendemos, hoje, que medidas sérias, eficazes e patrióticas, devam nortear nossas atitudes primeiras.

CONSIDEREMOS! ■

Estêvão Bettencourt
Teólogo

Jesus Existiu?

Com as palavras acima, o cidadão ateu italiano Luigi Cascioli interpelou o Pároco da cidade de Bagnoregio, Monsenhor Enrico Righi, acusando-o de explorar a credulidade do povo ao apregoar um personagem inexistente. O desafio repercutiu amplamente na opinião pública, dado o caráter da acusação.

Na verdade, não será difícil provar a existência de Jesus Cristo. Existem documentos romanos, judeus e cristãos que a atestam.

Documentos Romanos

Embora Jesus tenha vivido num rincão (Palestina) do Império Romano e pudesse ser confundido com um dos insignificantes agitadores da região, ele é mencionado por Tácito, Suetônio e Plínio, o Jovem, entre os anos de 110 e 120.

Eis o que escreve Tácito:

“Um boato acabrunhador atribuía a Nero a ordem de pôr fogo à cidade. Então, para cortar o mal pela raiz, Nero imaginou culpados e entregou às torturas mais horríveis esses homens detestados pelas suas façanhas, que o povo apelidava de cristãos. Este nome lhes vem de Cristo que, sob o reinado de Tibério, foi condenado ao suplício pelo Procurador Pôncio Pilatos. Esta seita perniciosa, reprimida a princípio, expandiu-se de novo não somente na Judéia, onde teve sua origem, mas na própria cidade de Roma.” (Anais, XV 44).

Poucos anos depois, em 120, Suetônio, também hábil historiador, escreveu a **Vida dos Doze Césares**, em que cita duas vezes os cristãos: uma primeira vez para confirmar que eram perseguidos desde os tempos de Nero. Na segunda vez, referindo-se ao reinado de Cláudio (41-54), diz que este *“expulsou de Roma os judeus, que, sob o impulso de Cresto, se haviam tornado causa freqüente de tumulto” (Vita Claudii, XXV)*. A informação coincide com a de Atos 18,

2; a expulsão deve ter ocorrido por volta de 49/50. **Chrestós** é a forma grega equivalente a **Christós**, que traduz o hebraico **Messias**. Suetônio, mal informado, julgava que Cristo se achava em Roma, instigando as desordens.

Em 111, chegou à Bitínia e ao Ponto, províncias da Ásia Proconsular (Turquia de hoje), Plínio, o Jovem. Com o título de Legado Imperial, era homem de letras e, uma grande parte de seus escritos, são cartas. Como bom administrador, guardava uma cópia dos relatórios enviados ao Imperador Trajano, de modo que, apesar do segredo dos arquivos imperiais, temos conhecimento de boa parte dessa documentação.

Plínio era um homem sério e inteligente. Em 112, enviou a Trajano uma carta minuciosa a respeito dos cristãos. Recebera denúncias contra eles, prendera vários deles, submetera alguns a torturas, inclusive duas diaconisas; nada, porém, fora apurado que lesasse a boa ordem cívica. Ao contrário, podia dizer que os cristãos se difundiam cada vez mais e *“estavam habituados a se reunir em dia determinado, antes do nascer do sol, e cantar um cântico a Cristo, que eles tinham como Deus” (Epístolas, IX 96)*. Deste testemunho depreende-se que, desde os primeiros decênios do Cristianismo, o Senhor Jesus era louvado como Deus.

Documentos Judaicos

Os judeus posteriores a Cristo deixaram-nos o Talmud, coletânea de leis e comentários históricos devidos aos rabinos. Apresentam-nos passagens referentes a Jesus. O valor de tais testemunhos está em que, embora se oponham à tradição cristã, não negam a existência de Cristo, mas procuram interpretá-la de maneira a ridicularizar os fundamentos da fé cristã (quem se daria ao trabalho de desfigurar um personagem lendário?). Eis a se-

guir um espécime dos mais significativos dessa tradição. O tratado Sanhedrin, 43ª do Talmud da Babilônia, assim se refere:

“Na véspera de Páscoa suspenderam a uma haste Jesus de Nazaré. Durante quarenta dias um arauto, à frente dele, clamava: ‘Merece ser lapidado, porque exerceu a magia, seduziu Israel e o levou à rebelião. Quem tiver algo para justificar, venha proferi-lo!’ Nada, porém, se encontrou que o justificasse; então suspenderam-no à haste na véspera de Páscoa”.

Este texto parece envolver contradição: Jesus fora condenado ao apedrejamento, mas a pena aplicada foi a de pender do lenho (crucifixão). A incoerência pode ser explicada pelo fato de que o apedrejamento era castigo infligido aos magos e idólatras; dizendo, pois, que Jesus fora condenado à lapidação, os judeus procuravam justificar a condenação. Contudo a crucifixão de Jesus era fato demasiado arraigado na tradição judaica para que se pudesse dizer que morrera apedrejado.

Conclusão

É difícil compreender que alguém possa questionar a existência de Jesus Cristo. Esta é evidente não só pela vasta literatura que trata do assunto desde o século I, mas também pela obra ou corrente de pensamento chamada *“Cristianismo”*. Homens e mulheres, em grande número, morreram por causa de Jesus Cristo, tido como figura histórica. Não houve quem lhes dissesse estarem a se sacrificar por nada. Com razão, se diz em linguagem popular: *“A mentira tem perna curta”*. A mentira Jesus Cristo não teria durado tanto tempo.

O bom senso – e não somente a fé – assegura que não será difícil responder aos tribunais movidos pelo cidadão Luigi Cascioli. ■



Prove-o!

Rembrandt,
"Cabeça de Cristo"
(detalhe), 1658

O mundo está envelhecendo. Em três décadas, haverá tantos idosos quanto jovens. Dessa questão tratam agora a ONU, os demógrafos e os economistas em pânico com as consequências para a Previdência Social. São problemas reais, mas do ponto de vista do indivíduo, a notícia do aumento da longevidade só pode ser alvissareira. *“Ninguém quer a morte, só saúde e sorte”*, sentenciou Gonzaguinha e, desde então, os brasileiros repetem em coro esse refrão. A geração dos que entram na terceira idade está começando, se tiver saúde e sorte, uma terceira vida.

A constatação é perturbadora para quem chegou lá, porque será pioneiro em inventar essa terceira vida e o fará sem parâmetros que lhe digam o que é certo ou errado, aceitável ou ridículo, sadio ou malsão. Janus, com uma face voltada para a liberdade e a outra para a angústia e a incerteza. Uma situação que se assemelha, hoje, estranhamente, à adolescência.

“O que é chato no envelhecer é que eu sou jovem”, protestava Colette.

Pessoas que se sentem jovens e ainda não se reconhecem em um corpo que não lhes parece seu, lembram os adolescentes que, com um pé na infância, assistem perplexos à revolução hormonal. Mas não é só o corpo que se torna morada incerta. Incerto é o momento em que a chamada vida ativa já se transformou, para a maioria, em tempo livre, em perda de identidade profissional e é preciso buscar um novo perfil, como o adolescente em face da vida adulta se perguntando o que eu vou ser quando crescer. O que se vai ser quando envelhecer é uma questão nova, em um tempo em que já ninguém responde simplesmente: velho.

Velhos eram os senhores alquebrados que chamávamos de vovô, eram as senhoras vestidas de negro, sempre de luto por alguém – morria-se muito cedo – e carregando um ar de condenadas, elas mesmas, à morte próxima.

A uma geração a quem se promete mais vinte ou trinta anos de vida, em boa saúde, física e mental, estão colocados uma fantástica oferta de liberdade e um convite à invenção. Sobretudo em tempos de mudança de era, quando proscreveram o quadro de valores nos quais essas pessoas foram criadas e um corpo de conhecimentos que se tornou anacrônico.

Essa geração foi atropelada pelas crises da família e do trabalho, pela globalização e pelas novas tecnologias. Já não é possível viver ignorando o que essas mutações representam como revolução na convivência entre as pessoas, a transformação que operam no acesso à informação,

exigindo dos mais velhos um diálogo com essa cultura.

Os jovens sempre olharam para os mais velhos como velhos. Só que, hoje, os chamados idosos não se comportam segundo a expectativa dos jovens. Mudou sua disposição de vestir os estereótipos com que se lhe ditava uma vida sem futuro. A presença maciça, na sociedade, de pessoas idosas com projetos, vivendo sua vida com energia e independência, dotadas de recursos e de tempo disponível, constitui um fenômeno imprevisto que está mudando as sociedades por dentro e que, para além de saber quem vai pagar a conta da Previdência, questiona os costumes.

Se os conhecimentos sofreram a combustão dos novos tempos, por que não buscar novos? Oscar Niemeyer, nonagenário, toma aulas de cosmologia.

Recentemente os Cantores do Chuveiro deram, literalmente, um show de vitalidade e talento, o que foi bom para eles e para o público, além de servir de exemplo a quem ainda hesita em fazer o que quer.

A grande armadilha que desfigura a existência de quem avança na idade é a nostalgia da juventude perdida e a tentativa desesperada de recuperá-la. Esse desespero tem raiz no sentimento de exclusão, no sinal de menos que vem associado ao envelhecimento. Se alguém se convence de que já não há lugar para si lá onde está, nada lhe resta senão tentar o impossível retorno. Para isso todos os sofrimentos e riscos são assumidos, inclusive as mesas de operação.

Armadilha inversa é instalar-se em uma espécie de fracasso, de mágoa, falar sempre no passado, dar a vida por consumada e reclamar que nada se faz para os idosos como se só lhes restasse a condição de assistidos.

Pessoas mais velhas são capazes de, por si mesmas, formularem e executarem seus projetos, o que será mais fácil se a sociedade parar de olhar para elas como problema, elas que tantas vezes são, sobretudo nas famílias, solução.

Assumir uma identidade viva, compatível com essa fase da existência, é mais desafiante do que se lançar na imitação da juventude, aventura em que as fronteiras do ridículo e do patético são muito tênues. Talvez, assim, a distância entre jovens e idosos diminua, aumentem as possibilidades de convivência e proximidade, como acontece com quem viaja, visita outra cultura e encontra encanto na experiência do outro.

Nada melhor para exorcizar o fantasma da morte, já que há consenso de que a vida é, para todos, moços e mais velhos, uma doença fatal, sexualmente transmissível ■

Ninguém quer a Morte,

David Hockney, "Os Meus Pais", 1977, óleo sobre tela, 182,9 x 182,9 cm



só Saúde e Sorte

Rosiska Darcy
de Oliveira
Escritora e autora
de "Reengenharia
do Tempo"
e "A Natureza
do Escorpião"

Transcrito do jornal O Globo

OBESIDADE

Maj.-Brig.-Méd. R1 – Dr. Ricardo
Luiz de G. Germano



Botero, "Donna nel Bagno", 2000, óleo, 27 x 36,5 cm

Um duro desafio a ser vencido!

DEFINIÇÃO - Trata-se do aumento de peso corporal além da normalidade, pelo acúmulo excessivo de tecido adiposo (gorduroso). A avaliação quantitativa é feita pelo cálculo do Índice de Massa Corporal (IMC). O IMC é calculado dividindo-se o peso em quilogramas pelo quadrado da altura em metros. Os valores são: normal, de 18,5 a 24,9 kg/m²; pré-obesidade, de 25 a 29,9 kg/m²; obesidade classe I, de 30 a 34,9 kg/m²; obesidade classe II, de 35 a 39,9 kg/m²; e obesidade classe III (obesidade mórbida), acima de 40 kg/m².

EPIDEMIOLOGIA - Estima-se que, no mundo, existam 800 milhões de obesos e 200 milhões de pré-obesos, entre os quais estão 18 milhões de crianças menores de cinco anos de idade. A incidência de obesidade duplicou nos últimos quinze anos, especialmente nos países em desenvolvimento. Estudo atual nos Estados Unidos mostrou que 65% dos americanos são pré-obesos e 30,4%, obesos. Esse estudo demonstrou também que as mulheres são mais propensas do que os homens e que os pobres são mais obesos, independente da origem racial.

CONSEQÜÊNCIAS NEGATIVAS PARA A SAÚDE - A obesidade está associada com significativo aumento de morbidade e de mortalidade. As mais importantes conseqüências negativas são: hipertensão arterial, diabetes mellitus, dislipidemia, aterosclerose coronariana e encefálica, doença articular degenerativa (membros inferiores e coluna vertebral) e afetação do psicossocial. Além dessas, outras patologias acometem os obesos com menor incidência. Dentre elas, temos: neoplasias de cólon, reto e próstata, em homens, e de útero, via biliar, mama e ovários, em mulheres; trombofilia (predisposição à trombose);

litíase biliar; refluxo gastroesofágico; apnéia do sono; distúrbios cutâneos; prejuízo da função respiratória e aumento do risco cirúrgico e obstétrico.

ETIOLOGIA - Embora a obesidade seja a consequência da ingestão de calorias excessivas em relação à energia despendida, existem condições determinantes para isso na maioria dos casos. Cerca de 70% da obesidade humana é devida a fator genético. Vários hormônios têm sido descobertos e relacionados à obesidade (atuam em receptores do cérebro para regular apetite e metabolismo). Dentre estes, são conhecidos: Leptina, Adiponectina, Ghrelin e α MSH (α *Melanocyte-Stimulating Hormone*). Destes 70%, somente um pequeno percentual (4 a 6%) é devido a mutação genética única. Sendo assim, a maioria é consequência de alterações genéticas múltiplas. Além disso, temos condições que podem levar, de modo secundário, à obesidade. Podemos citar: distúrbios endócrinos (Síndrome de Cushing, hipotireoidismo, insulinoma pancreático), alcoolismo, menopausa, lesões cerebrais (no hipotálamo) e medicamentos (glucocorticóides, insulina e outros).

TRATAMENTO - Na terapia da obesidade, é fundamental a abordagem profissional multidisciplinar. Dentre os profissionais deveremos ter: médico, enfermeiro, nutricionista, psicólogo, assistente social e professor de educação física. O consenso tem demonstrado que a coordenação deve caber ao médico, que pode ser um clínico geral ou um endocrinologista. Os seguintes itens devem ser abordados:

– **Dieta:** Esse é um pilar fundamental no tratamento da obesidade. Trata-se, também, de um desafio importante. O paciente tem de se motivar e, para tal, depende da empatia em relação à equipe multidisciplinar. Qualquer dieta com menos calorias que o dispêndio energético levará à perda de peso. O importante é o paciente aceitá-la e animar-se com o resultado. Cabe principalmente ao nutricionista a

abordagem desse pilar do tratamento;

– **Exercício Físico:** Trata-se de outro importante pilar no tratamento da obesidade. Obviamente, o exercício visa aumentar o gasto energético no sentido de negatar o balanço ganho/consumo de calorias, que resultará no emagrecimento (diminuição da gordura acumulada). O programa de atividade deve ser de exigência crescente e agradável para o paciente e, também, compatível com suas limitações, se houver. Cabe ao profissional de educação física essa abordagem. Antes de iniciar a programação, o paciente deverá ser avaliado pelo coordenador médico, que o liberará para tal. Alguns pacientes necessitarão de prova de função respiratória e de teste ergométrico, além dos exames complementares básicos;

– **Medicamentos:**

a) Anorexígenos (Diminuidores de apetite) – Embora esses medicamentos ajudem na perda de peso, seu uso, em longo prazo, fica prejudicado pelo número elevado de efeitos colaterais que surgem. Dentre eles, podemos destacar: boca seca, constipação, insônia, tonteira, palpitação, aumento da pressão arterial e alto potencial de dependência. Como decorrência, ocorre o chamado “efeito sanfona”, descrito na história desses pacientes que perdem peso, param de usar os anorexígenos e voltam a engordar e a usá-los após algum tempo. Sendo assim, o uso desses medicamentos deverá ser bem avaliado pelo coordenador médico e, se usado, deverá ser por pouco tempo, visando a uma aceleração motivadora do emagrecimento. Os efeitos colaterais devem ser monitorados para compensação, se for o caso.

b) Inibidores da Lipase – Esses medicamentos atuam inibindo a ação da lipase no intestino (a lipase desdobra a gordura, preparando-a para a absorção). Como consequência, teremos menor absorção de gordura e, portanto, diminuição do aporte calórico, o que resultará em balanço ganho/consumo negati-

vo. Como efeitos colaterais deste medicamento, temos: diarreia, incontinência fecal e diminuição de absorção de vitaminas lipossolúveis (A, D, E e K). Além de não resultar em perdas de peso importantes, o uso deste tipo de medicamento, em longo prazo, também fica prejudicado pelos efeitos colaterais.

Existem fórmulas de manipulação à base de anorexígenos, diuréticos, hormônios tireoidianos e, muitas vezes até, antidepressivos, que não devem, absolutamente, ser usadas por aumentarem o risco dos obesos, de modo substancial.

– **Cirurgia Bariátrica:** O tratamento cirúrgico tem, como objetivo, diminuir a entrada de alimentos no tubo digestivo (cirurgia restritiva), diminuir a sua absorção (cirurgia disabsortiva), ou ambas (cirurgia mista). Está indicada nos pacientes com obesidade mórbida que não tenham respondido ao tratamento conservador. Pacientes com IMC < 40, mas que apresentem complicações importantes da obesidade e não respondivos ao tratamento conservador, também constituem indicação para cirurgia.

– **Reuniões (Clube da Obesidade):** É fundamental a interação entre os pacientes, os parentes e a equipe multidisciplinar. Aumenta o entendimento da patologia, motiva pacientes e parentes, assim como facilita a empatia com a equipe.

PREVENÇÃO - A prevenção da obesidade transcende aos ambulatórios de saúde, devendo ser uma ação multiplicadora da equipe multidisciplinar com atuação final em famílias, escolas, clubes, igrejas e comunidades (é ação de autoridades federais, estaduais e municipais). Nessa atuação, deverão ser ressaltados o valor da dieta (sem excesso de carboidratos) e o valor da atividade física.

MENSAGEM FINAL - Espero que o leitor tenha melhorado seu conhecimento sobre obesidade. Porém, deve ser enfatizado que o tratamento requer a coordenação de um médico e não é aconselhável o autotratamento ■

Alberto Santos-Dumont o Pai da

Fernando Hippolyto
da Costa
Cel.-Av. Ref.

Os Dirigíveis "Nº 2" e "Nº 3"

No ano seguinte, em 1899, SANTOS-DUMONT construiu o "Nº 2". Pouco diferente do "Nº 1", esse novo dirigível, com o mesmo comprimento do anterior, teve aumentado o seu volume para 200m³ ganhando, assim, um acréscimo de mais de 20 quilos. Entretanto, utilizando o mesmo sistema de "motores conjugados", SANTOS-DUMONT conseguiu uma potência maior: 4,5 HP.

Construiu, ainda, válvulas mais aperfeiçoadas, com pressões diferentes, tanto para o balão de hidrogênio como para o balonete a ar. Um ventilador de alumínio injetava ar, produzido pela bomba do motor, ao balonete de compensação, costurado no fundo do grande balão.

Apesar de todas as precauções, a experiência não foi coroada de êxito, pois SANTOS-DUMONT resolveu proceder à ascensão durante uma tarde chuvosa, a 11 de maio de 1899. Por coincidência ou não, era o "Dia da Ascensão"...

Não desejando esvaziar o invólucro e, em consequência, perder todo o hidrogênio, após ter consumido várias horas com os preparativos que antecedem ao voo, SANTOS-DUMONT decidiu realizar de qualquer forma a subida.

O mau tempo reinante fez com que o hidrogênio se contraísse rapidamente e, antes que a bomba de ar pudesse dar o rendimento necessário, o "Nº 2", sem a sua forma aerodinâmica, foi lançado contra as árvores do parque. Foi a primeira e única experiência do "Nº 2". Desse outro acidente, o obstinado inventor tirou mais uma preciosa lição.

Sem qualquer desânimo, pois sua força de vontade era inesgotável, construiu o "Nº 3", cujo primeiro vôo ocorreu em 13 de novembro de 1899, ascendendo do parque de aerostação de Vaugirard.

A linha do "Nº 3" foi bem diferente daquela dos modelos anteriores, com 20 metros de comprimento e 7,50 metros de altura, o volume alcançou 500 metros cúbicos. O motor de 4,5 HP foi aproveitado do "Nº 2", porém, logo, SANTOS-DUMONT verificou tratar-se de um motor fraco para um balão pesado.

Com efeito, o inventor substituiu o hidrogênio pelo gás comum de iluminação, mais econômico e mais fácil de se obter, mas que possuía apenas a metade da força ascensional do hidrogênio. Essa desvantagem fê-lo concluir, então, que o hidrogênio sendo 14 vezes mais leve que o ar em que flutua, era o gás ideal para uso em balões.

Note-se que, naquela época, o hélio, gás incombustível, ainda não fora descoberto.

A "barquinha" do "Nº 3" ficou presa a uma haste de cana-da-Índia com 10 metros de comprimento. Devido a sua forma mais arredondada, foram dispensados o balão interno de ar e a bomba injetora de ar.

No dia 13 de novembro de 1899, procedeu-se ao enchimento do balão, iniciado às 11 horas e concluído às 12h e 30 minutos. Ainda no solo, foram feitos alguns testes.

O "Nº 3" subiu propositalmente às 15h e 30 minutos, para coincidir com o horário do "fim do mundo", estabelecido por alguns videntes...

A ascensão foi perfeita. O dirigível sobrevoou Montmartre e o Campo de Marte, fazendo diversas evoluções. Em automóvel, Machuron (sobrinho de Lachambre, ambos construtores de balões), acompanhava a rota do dirigível.

Não se importando com o presságio astrológico, SANTOS-DUMONT evoluiu tranquilamente com o "Nº 3", contornando algumas vezes a majestosa Torre Eiffel, certificando-se que o dirigível obedecia plenamente ao impulso da hélice (instalada na cauda do balão) e às manobras do leme de direção.

Com essa dirigibilidade ideal, SANTOS-DUMONT atravessou toda a cidade de Paris, expondo a eficiência do seu "Nº 3", descendo sem perder gás e



Logo no primeiro vôo, na tarde chuvosa de 11 de maio de 1899, o invólucro do dirigível Nº 2 dobrou-se ao meio, e Santos-Dumont caiu

Aviação

subindo sem sacrificar o lastro.

Numa das sortidas com o “Nº 3”, o leme de direção soltou-se no espaço, mas SANTOS-DUMONT com a sua imperturbável calma, conseguiu pousar na planície de Ivry, sem outros danos.

O inventor chegou à conclusão de que o “Nº 3” era um balão muito pesado para um motor fraco demais e assim, resolveu projetar o “Nº 4”, como adiante será exposto.

Construindo Hangares

Inegavelmente, SANTOS-DUMONT foi quem imaginou e construiu o primeiro HANGAR no mundo; dizia ele que suas invenções precisavam ficar protegidas numa “*garagem aérea*”. Realmente, as despesas com o hidrogênio eram custosas, pois, terminadas as ascensões o balão era esvaziado para ser guardado.

Com esse simples raciocínio, achou que seria muito mais viável – e sobretudo econômico – manter os seus dirigíveis estacionados dentro de um hangar.

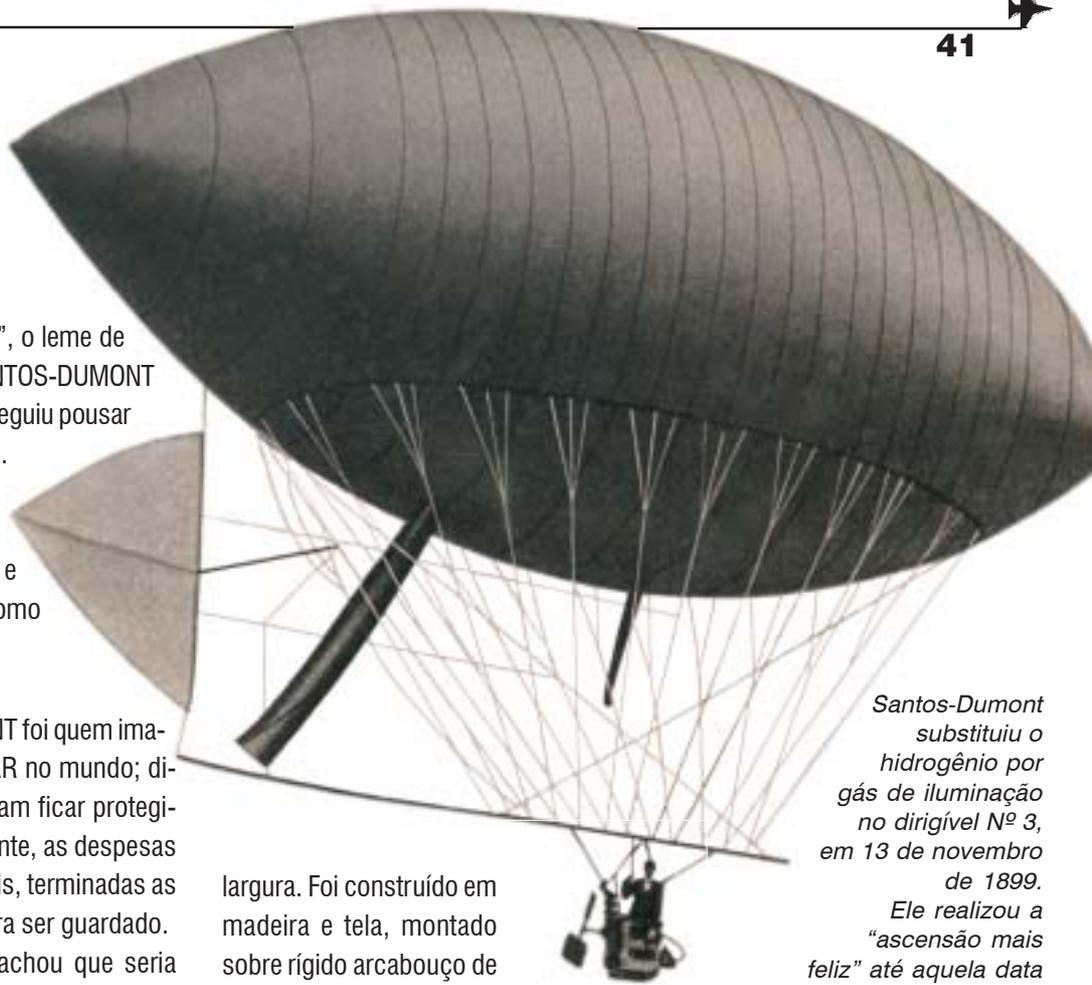
O primeiro hangar foi construído no ano de 1899, no próprio parque de aerostação de Saint-Cloud: apresentava 30 metros de comprimento, 11 metros de altura e 7 metros de largura, erguido num terreno adquirido, com área de 1 km². Posteriormente, o comprimento foi aumentado para 33 metros. Foi concluído em junho de 1900.

Duas imensas portas podiam ser movimentadas com extrema facilidade, em virtude da utilização de pequenas rodas que deslizavam sobre trilhos, outro projeto do inventor brasileiro.

Apesar de muitos terem afirmado que tal sistema não funcionaria (sempre os invejosos e pessimistas!), SANTOS-DUMONT provou o contrário, pois o equilíbrio, perfeitamente calculado, fazia com que, com apenas um leve toque, as citadas portas se movimentassem facilmente.

O segundo hangar foi construído em Monte Carlo, no Principado do Mônaco, para onde SANTOS-DUMONT deslocou-se para prosseguir suas experiências após a retumbante vitória de 19 de outubro de 1901, como adiante será reportado.

Esse hangar, localizado no Boulevard de La Condamine, apresentava dimensões maiores: 55 metros de comprimento, 15 metros de altura e 10 metros de



Santos-Dumont substituiu o hidrogênio por gás de iluminação no dirigível Nº 3, em 13 de novembro de 1899.

Ele realizou a “ascensão mais feliz” até aquela data

largura. Foi construído em madeira e tela, montado sobre rígido arcabouço de ferro. As duas portas mediam 10 metros de altura por cinco metros de largura, e pesavam, cada uma, 4.400 quilos.

Deslizavam por meio de rodas, sobre trilhos assentados no chão e nos varões de ferro que as sustentavam.

Apesar do tamanho e do peso dessas portas, elas foram muito bem instaladas, seguindo os operários as instruções detalhadas transmitidas por SANTOS-DUMONT. Para se ter uma idéia de como o equilíbrio estava bem distribuído, basta esclarecer que, por ocasião da inauguração do hangar, os príncipes Ruspoli, netos do Duque de Dino (hospedeiro do brasileiro em Monte Carlo), com apenas oito e 10 anos de idade, movimentaram-nas com extrema facilidade! ■

Santos-Dumont foi a primeira pessoa a fazer um hangar com portas corrediças, de movimento suave e fácil



Álvaro Lins



Chefe de Polícia Civil – RJ (2000-2005)

Presidente do Conselho Nacional de Chefes de Polícia

Membro do Conselho Nacional de Segurança Pública

Membro da Associação Internacional de Chefes de Polícia (IACP)

Representante da América Latina na elaboração do Manual de Práticas Anti-Seqüestro da ONU

Especialista em Combate ao Crime Organizado Polizia di Stato – Roma/Itália (1999)

Professor de Direito Penal – Universidade Gama Filho

Mestre em Direito – Universidade Gama Filho (2004)

Delegado de Polícia Civil – aprovado em 1º lugar (1997)

Formado Bacharel em Direito – PUC/RJ (1993)

Escola Superior de Oficiais da Polícia Militar (1988)

Da esq. para a dir.: Ten.-Brig. Octávio Júlio Moreira Lima, Diretor do INCAER; Dr. Álvaro Lins dos Santos; Cel.-Av. Araken Hipólito da Costa, Diretor do Departamento Cultural do Clube de Aeronáutica; e Maj.-Brig. Márcio Callafange, 1º Vice-Presidente do CAER



A palestra do Dr. Álvaro Lins dos Santos, ex-chefe de Polícia Civil do Rio de Janeiro, no dia 19 de abril último, por ocasião do “Vôo Cultural”, realizado no Salão Nobre do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER) e instituído pelo Departamento Cultural do Clube de Aeronáutica, constituiu-se de excelente oportunidade para uma visão mais abrangente, bem como, universalista da política de Segurança Pública, à altura da expectativa da Família Aeronáutica.

O Dr. Álvaro Lins iniciou a palestra com um histórico da criação da Segurança no Brasil, demonstrando que, ao serem criadas, por D. João VI, a Intendência Geral da Polícia da Corte, em 1808 e a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia da Corte, em 1809, constituiriam os embriões das atuais Polícias Civil e Militar, respectivamente.

Essas características, desde a criação de ambas, mantiveram-se durante todos os Governos, dos Imperiais aos Republicanos. Ainda longe de se transformarem em órgãos de Segurança Pública, atuavam muito mais na proteção dos poderes constituídos, mesmo nos eventuais regímenes de exceção (vários), pois tinham sido criadas para atuar contra espíões e agitadores estrangeiros, bem como, para a guarda pessoal da Família Real.

Somente após 5 de outubro de 1988, com a nova Constituição, a Polícia passaria a defender o cidadão. Por falta de treinamento para as novas funções democráticas, a Polícia Civil, que houvera passado outrora a uma Polícia Judiciária, de investigação, enquanto a Polícia Militar, que passara a ser responsável pelo policiamento ostensivo, na prevenção ao crime, perderam-se em detalhes nem sempre adequados, além de adquirirem o atual

espírito corporativo impeditivo da propalada “união das polícias”.

A seguir, o douto palestrante, após estabelecer parâmetros com outros países que têm muito mais organizações policiais (15 mil nos EUA, três na Itália e mais de 50 em outros), fez uma referência a alguns óbices quanto à atuação da Segurança Pública: o tamanho da própria Constituição de 1988, que legislou sobre quase tudo, o estatuto da Criança e do Adolescente, e o Código Penal brasileiro. Um somatório que sacrifica a Justiça no trâmite de processos e provoca a sensação de impunidade em nosso País.

Disse que, apesar disso, o Rio de Janeiro, atualmente, conta com 166 Delegacias, incluindo as mais novas 87 criadas no estado; Delegacia Legal; Laboratório de DNA; novos equipamentos, armas e veículos; aumento de efetivo e dos salários dos policiais; registra apreensão de 42 mil armas; taxa de homicídios solucionados subindo mais de 40%; e o seqüestro praticamente extinto.

Lamenta, contudo, que a mídia do Rio de Janeiro continue a publicar os fatos criminais e delituosos nas primeiras páginas, fazendo eco à mídia do outros Estados que, encobrendo seus delitos territoriais nas páginas internas, estampam na capa mazelas cariocas.

Isto não apenas incrementa o desejo de notoriedade dos atores no cenário da criminalidade. Da mesma forma, são desaconselháveis a mídia do consumo, das marcas e da fortuna, para não criar desejos incompatíveis e determinados segmentos de carência.

Depois de citar o livro “A Lei e a Ordem” do sociólogo alemão Ralph Dahrendorf, que, em 1985, já apontara dois fatores que aumentam a criminalidade: a tolerância com a delinquência juvenil e com os pequenos delitos (como agressão), o Dr. Álvaro Lins dos Santos, ilustre palestrante, acentuou a necessidade de “efetuar uma urgente revisão na legislação que facilita a impunidade; continuar investindo em inteligência, estrutura e treinamento policial; e melhorar o controle das nossas fronteiras, para dificultar o tráfico de armas e entorpecentes”.

É esse o caminho. Tudo o que possa cercear a oportunidade e a vontade ao ilícito ■





Cultural



O Dr. Osias Wurman iniciou a palestra após a exibição de um vídeo, no qual estava evidenciado aquilo que o eminente expositor denominou como sendo o sentimento mais repugnante do ser humano, o ódio, combustível que alimenta a falta de pacífico relacionamento na área de conflito do Oriente Médio. Um misto de ódio e humilhação.

Afirmou que após a definição das Nações Unidas, em novembro de 1947, sobre a criação do Estado de Israel e do Estado Árabe naquelas terras, a comunidade judaica, se organizou e se cotizou para reerguer o Estado Judeu, ao passo que árabes e muçulmanos não conseguiram implantar o Estado Palestino.

Após abordar as cinco guerras, pelas quais passou o Estado Judeu, dizendo que na última delas, ao sul do Líbano, houve episódios sangrentos e de grande violência, de parte a parte, relatou que os países árabes eram tão, ou mais intolerantes em relação aos seus próprios irmãos palestinos, do que as próprias tropas israelenses. Essa é a angústia de um povo que sofre todos os tipos de humilhação como palestinos, como cidadãos, que nem sequer tem poder de consumo, vendo, na orla marítima de Gaza, defronte ao Mediterrâneo, aflorarem mansões milionárias de líderes políticos.

Discorrendo sobre os diversos Partidos e Organizações árabes, informou que a criação do Hamas, não havia sido, inicialmente, um protesto contra Israel, e sim, um protesto interno, contra o status de corrupção do bloco Al Fatah; a OLP foi criada, em 1964 no Egito, numa dissidência da irmandade muçulmana; xiitas e sunitas, irmãos do mesmo povo, do mesmo local e, às vezes, da mesma cidade, explodem-se entre si.

Do lado de Israel, Ariel Sharon, que havia fundado o Partido mais à direita e conservador, o Likud, abandonou-o para fundar o Kadima, que era de centro, formando um modelo ideal. Ao devolver a Faixa de Gaza para os palestinos, por questões de Segurança Nacional, teve o apoio da massa do povo israelense, que se considerou mais segura, excetuando os mais radicais, de direita, conservadores e, também, os que se fixam em Promessas Bíblicas Históricas. Mais adiante, na segunda parte,

dedicada ao debate com o público, o Dr. Wurman afirmaria que não podia negar que o ódio existe dos dois lados, porque nenhum dos colonos que foram retirados de Gaza saiu sorrindo e por livre e espontânea vontade. Todos sentiram o sentimento do ódio.

Acrescentou que muitas variáveis, na região, incrementam o fundamentalismo que se confunde com o terrorismo. Um deles é que o mundo árabe ficou sem uma grande liderança. A mais importante, porém, é a doutrina aplicada pelos líderes à juventude de classe média baixa e à população mais humilde, mais sofredora e mais ignorante, de que o texto básico do Corão é incutido como fundamental para o dia a dia de um cidadão, que assim se torna fundamentalista extremado. (É importante observar que os filhos de ricos e de clérigos não se explodem). Convencem que matar, explodir, destruir, não passa da filosofia original do Islã. Isso, que é vendido a eles, é falso. O Islã é uma religião como o judaísmo ou o catolicismo, ou qualquer outra benéfica, que devem valorizar a vida.

O ilustre palestrante encerrou sua palestra dizendo que os israelenses querem conviver com seus primos, que estão ao seu redor, porque todos são descendentes de Abraão ■



Osias Wurman



Engenheiro civil formado pela UFRJ e jornalista profissional.

Atividades Comunitárias:

Presidente da FIERJ - Federação Israelita do Estado do RJ

Vice-Presidente da CONIB - Confederação Israelita do Brasil

Atividades Jornalísticas:

- jornal *O Globo*;
- rádios Tupi, Bandeirantes, Mec, CBN e Globo;
- TVE-Rede Brasil;
- Comunidade na TV, transmitido por canal aberto, via cabo e para todo o Brasil via satélite;
- jornal paulista *Tribuna Judaica*.

Palestras:

em universidades, escolas, clubes, associações religiosas, associações comunitárias e grupos femininos.

Panorama parcial de personalidades e convidados presentes ao evento

Uma história real

Charles Edwin Startin
Cel.-Av. R1

Há algum tempo, Karl tinha em mente um relato para externar, em sua essência, a gratidão àqueles que contribuíram para a concretização do seu sonho de criança.

Como seu Mestre e Guia registrei o fato acima para o entendimento do que passo a descrever.

A História e o Sonho

Neste instante Karl acaba de descer as escadas da varanda que a liga ao portão de sua casa.

Em seguida, senta-se no degrau que limita a calçada defronte para a rua.

Observo-o de longe, muito longe.

Acompanho-o desde que nasceu.

Karl agora já é uma criança de seus cinco anos; sobreviveu ao período crítico.

Continua sentado naquele degrau; ele devaneia.

Leio a lembrança que veio em sua mente...; *na manhã do dia anterior*, no despertar da alvorada, o Sol nascendo no horizonte; ... o mesmo Sol que, com tanto brilho, já banhara com seus raios o oriente; o oriente que o fascina. Surgem as imagens das figurinhas da sua coleção. Aquelas que vinham juntas dos sabonetes “*Eucalol*”.

Imagina como seria o Japão, a China... as maravilhas ilustradas do outro lado do mundo.

As crianças sonham muito, até mesmo acordadas.

Felizes aquelas que conseguem realizar seus sonhos.

Karl desperta dos seus pensamentos. *Desliga daquelas imagens.*

Agora é quase o entardecer de um esplendoroso dia que se passou; ainda sentado, naquele degrau, olha para a esquerda, aguardando aparecer a imagem da nossa Senhora da Conceição, que se ilumina, à mesma hora, todos os dias do inverno.

Situada numa colina atrás do morro de Santa Rosa, o visual encanta Karl. A auréola no topo da

imagem é o detalhe da cena que o faz desprender-se da realidade.

Parece sentir, em sua volta, a presença da Santa, abençoando-o.

É quase a hora da “*Ave Maria*”; ouve e se emociona todo fim de tarde.

O Sol começa a se pôr. As primeiras estrelas surgem do lado oposto.

É época de balões.

Segue-os olhando com as buchas acesas, torcendo que se apaguem para que caia, pelo menos um, em sua casa.

Tentarei descrevê-la. Ela é em centro de terreno, com dois jardins na frente. A roseira “*príncipe negro*” e o jasmim perfumam todo o ambiente. No fundo, uma área gramada seguida de um quintal com mangueiras, fruta de conde, biribá, bananeira, goiabeira, as flores cheirosas do manacá... É o recanto em que toda criança adoraria viver. Também, o palco favorito em que Karl faz suas travessuras. Sobe nas árvores, colhe as frutas, dependura-se, cai algumas vezes. Sustos sobre sustos, para sua querida avó.

Karl ama este seu cenário e teme que um balão rolando pelo telhado ou caindo sobre uma árvore, pegue fogo. Já aconteceu. É o lado perverso que abala a sua paixão pelos balões. Quando caem em seu terreno, tem que sair correndo para apagar as buchas acesas, antes que provoquem um desastre.

Volto-me para Karl.

Novas lembranças fluem em sua mente; o susto que levou outro dia; estava na rua, perto de casa. Ouviu um repentino e estrondoso ruído. Olhou para o céu. E um avião passou rasante e começou a fazer piruetas muito perto dos balões como que querendo abatê-los.

O entusiasmo subiu-lhe à cabeça. Gostaria que um dia... Um dia também caminhasse pelos espaços afora. Cruzaria os céus em todas as direções. Passaria perto dos balões, mas não os cortaria, porque constituíam, com os fogos,



de um sonho vivido

a festa que adorava, na época de São João.

Aquele ruído se impregnou na sua alma; todas as vezes que o ouvia, empolgava todo o seu ser. Corria para identificar de que lado vinha.

Imaginava... Aquele avião vinha passar sobre a casa da sua namorada.

Ele, também, um dia faria o mesmo; ela sairia de casa correndo para vê-lo voando em vôos

rasantes. No auge da sua fantasia, ela o admiraria e ficaria ainda mais apaixonada. O namorado, um super namorado, o piloto daquela máquina poderosa vindo vê-la.

Karl descobriu que aquele avião pousava no aeroclube da praia do “*Saco de São Francisco*”. Daí em diante não deu mais sossego à sua avó nos fins de semana. Pedia que o levasse freqüen-





Uma história, uma vida, não seja ela exclusiva de Karl

Mas como no início citei, oportuna para externar a gratidão àqueles que passo a passo, com empenho, dedicação e empatia contribuíram essencialmente para que o sonho de Karl se tornasse uma história real de um sonho vivido que o acompanhará na eternidade.

Para eles a justa e merecida homenagem que Karl sempre teve em mente prestar. A seus instrutores do inesquecível e legendário Ninho das Águias do Campo dos Afonsos:

José Luiz Dias de Oliveira

Antonio Arthur Braga Reno Queiroz

Fabiano Alves

Autor: O Mestre e Guia de Karl

temente àquela praia, onde, em cima de uma pequena colina, havia uma antiga igreja. Podia ver o movimento dos teco-tecos e a esperança de encontrar aquele que sobrevoava a sua casa e o motivava tanto.

Karl tinha, desde muito cedo, uma fascinação por aviões. Era época de guerra e colecionava, também, as figurinhas de aviões para seu álbum “*Asas do Brasil*”.

Desenhava aviões em todos os seus cadernos, ora em combate com os aviões inimigos, ora atacando navios agressores.

Consolidava-se uma paixão.

Volto à cena do entardecer. Karl se deslumbra com a quase noite que agora começava a se estrelar mais intensamente; tudo é magia envolvente ao seu redor.

Os pássaros retardatários voam velozes no lusco-fusco para os seus abrigos noturnos.

Começa a noite.

Sua avó o chama para dentro de casa. Está na hora de se preparar para dormir.

Karl se deita e sonha. Os balões, a revoada dos pássaros, o avião, eram miragens que se entrelaçavam num misto de fantasias e desejos.

No dia seguinte acordou cedo e foi direto ao seu álbum. Identificou o avião dos sonhos. Quer também voar; um dia se tornará piloto.

Como seu “*Mestre*” e “*Guia*” compete-me fortalecê-lo e estimular suas aspirações por toda a vida.

Antevejo que o sonho se concretizará.

Karl será muito feliz. Decidiu em criança o seu destino.

Mas sei... sei que tudo tem um início e um fim. Já segui outros aviadores.

O crepúsculo, para eles, não é como o dos pássaros.

Imagino como será quando se desfizerem as asas que conquistou e que o alçaram aos ares por longos anos da sua vida, desde muito jovem.

Como reconfortá-lo para viver sem sentir, do espaço, o nascer do dia e o pôr do Sol; na noite, o desfrutar do luar, a aproximação das estre-

las... ver as cadentes; viver sem a glória de, no ar, sentir-se como o dono do seu mundo; viver longe da intimidade com a cabine de comando, com os instrumentos que norteavam seus vôos diurnos e noturnos, superando as situações críticas, comandando as ações, compondo um quadro complexo de realizações e satisfação, e, a cristalização da confiança, em si próprio, desde o primeiro vôo solo?

O sonho de criança, de voar como os pássaros, tornou-se real. Mas há um diferenciador.

Um abismo neste contexto entre os pássaros que observava e os aviadores.

Os pássaros no crepúsculo do dia voam aos abrigos para o descanso no fim da jornada.

Mas no dia seguinte voltam a voar.

No entardecer da vida, os aviadores, não. Repousam para sempre suas asas.

Ao ouvirem o ruído nos céus, olham para o alto e se lembram da cabine que um dia lhes pertenceu soberanamente. Sentem-se, ainda, nelas.

Também é verdade... no sono de cada noite, freqüentemente, ainda estão voando.

Decolam, voam, às vezes em grupo, às vezes solo. Viajam e sobrevoam os lindos rios, florestas, campos e montanhas. Relembam os cenários que só eles, repetidamente, se acostumaram a deslumbrar. Pousam, vencem os mesmos desafios. Revivem sonhando.

Quando acordam, retornam à realidade. Em vida, só lhes sobra recordar. À noite sonhar.

É o drama que abala os aviadores.

Fortaleci, protegi, estimei Karl em todas as suas atividades.

Como ampará-lo aterrado até que se apague o último feixe de luz?

Tento reconfortá-lo. *Insisto com ele.*

Felizes, os homens que realizam seus sonhos de criança.

Karl, você cruzou os espaços, aproximou-se das estrelas e dos céus.

Agradeça a seu Deus a graça e a ventura alcançadas!

Fim ■

Maj.-Brig.-do-Ar Ref.
Othon Chouin Monteiro

A Biruta inoperante

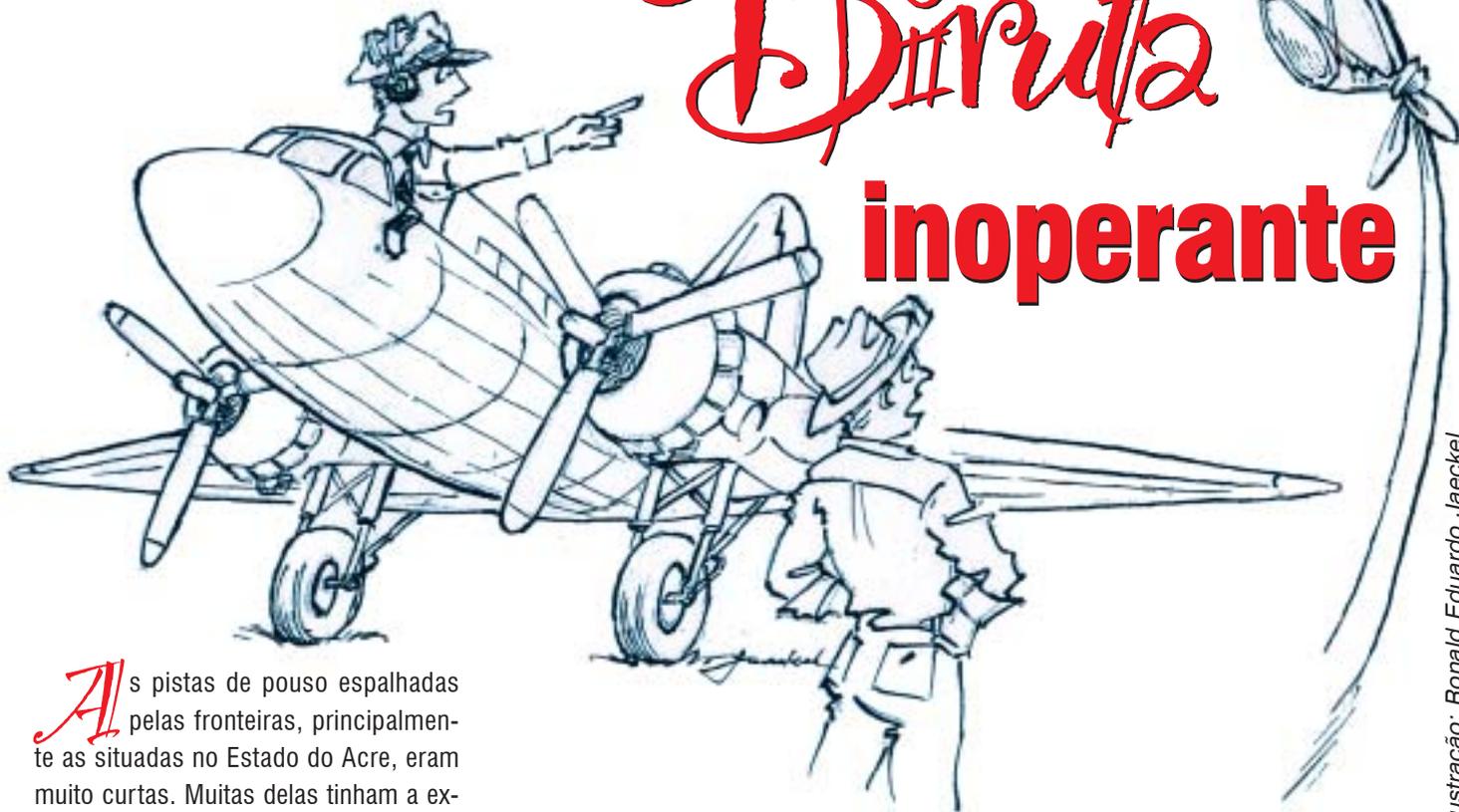


Ilustração: Ronald Eduardo Jaeckel

As pistas de pouso espalhadas pelas fronteiras, principalmente as situadas no Estado do Acre, eram muito curtas. Muitas delas tinham a extensão inferior a 900 metros, quase o limite mínimo de operação do C-47, que era o avião utilizado pelo Correio Aéreo Nacional nas missões de apoio àquelas regiões. Os pisos de grama nelas existentes, quando molhados, ficavam escorregadios como sabão, o que tornava a aterragem extremamente problemática, ocasionando não raros acidentes.

Por essa razão, os pilotos tomavam especial cuidado na hora do pouso, cumprindo à risca todos os procedimentos de segurança, principalmente quanto à intensidade e à direção do vento. Como os campos não dispunham de Torre de Controle para informar as condições meteorológicas, a biruta era um elemento primordial para a aferição, por parte do piloto, das condições do vento. Isso ajudava na avaliação da velocidade a ser mantida, a fim de não corrermos o risco de varar a pista, pois não podíamos confiar nos freios com aquele tipo de piso.

Uma de nossas aeronaves, que cumpria uma Linha do Correio Aéreo Nacional (CAN), a ACRE-1, que pousava em quase

todos os campos do Acre, aproximou-se para o pouso no campo de Feijó, dentro do horário previsto no planejamento. A tripulação era composta por um major bem antigo e um tenente. Era a equipagem ideal, uma vez que nela se aliavam a experiência do piloto mais velho e a destreza do mais jovem. Nessa etapa, o major pilotava, cabendo ao tenente executar os procedimentos preparatórios para o pouso.

Ao sobrevoarem o campo, examinando as condições para o pouso, procuraram observar a biruta que lhes indicaria a pista a ser utilizada, conforme a direção do vento.

A biruta estava completamente arriada, o que indicava, aos pilotos, total ausência de vento. Não havendo preponderância em qualquer sentido, o major escolheu aleatoriamente uma das pistas e veio, com todo o cuidado, para o pouso. No entanto, sentiu que algo de estranho acontecia, pois o avião demorava a perder altitude, como se estivesse flutuando, e o pouso se tornava difícil. Quando tocou as rodas no solo, já haviam percorrido quase um terço da pista, perdendo um bom espaço de seguran-

ça. O major teve de se esmerar ao máximo para não despencar pela vala que circundava o campo.

Passado o susto, taxiando em direção ao pátio de estacionamento, os dois pilotos se conservavam calados. O major, matutando o porquê da insólita ocorrência, e o tenente, constrangido, acreditando ter havido uma falha de pilotagem que a distância na antiguidade existente entre os dois não lhe permitia comentar.

Estacionado o avião ao lado do poste de sustentação da biruta, ao desembarcar, os pilotos viram que a biruta havia sido amarrada ao poste e, por isso, não pudera acusar o forte vento que soprava no sentido do pouso que efetuaram.

Eles haviam pousado com um tremendo vento de cauda.

O major, estupefato, perguntou ao guarda-campo o que significava aquilo, ao que aquele bom homem respondeu com toda a simplicidade:

– Sabe, Major, o vento aqui é tão forte que se eu não amarrar a biruta no poste, ela se rasga em poucos dias ■



Ilustração de Ivo Batalha - Cel. -Av. RJ